



BRASIL URGENTE



QUESTÃO AGRÁRIA

Agricultura
Meio ambiente
População
Assalariados rurais
Nordeste
Amazônia
Violência
Extração mineral

LULA PRESIDENTE

TERRA, TRABALHO E ALIMENTOS

Sou o penúltimo de uma série de oito filhos de um casal de camponeses pernambucanos. Passei minha primeira infância ajudando a plantar feijão, milho e mandioca em oito hectares de terra. A vida era dura. Como é comum acontecer, o primeiro a sair foi o chefe da família, abrindo caminho. Em 1952, embarcamos todos num pau-de-arara, para uma viagem de 13 dias que nos levaria a São Paulo, onde meu pai conseguira emprego, carregando café no porto de Santos. Sobrevivi. Com oito anos de idade, passei a vender laranja e tapioca na estação das barcas. Fui ajudante de tinturaria. Depois, para a maior emoção de minha mãe, tirei o diploma de torneiro-mecânico. Operário, ingressei na indústria e o resto da história vocês conhecem.

Recentemente, voltei a Garanhuns, minha terra natal. Conversei com famílias de sete, oito ou nove filhos que ainda sobrevivem com pouca terra e são forçadas a fazer a mesma viagem, em caminhões parecidos. Na chegada, encontram uma São Paulo onde a vida se tornou mais difícil. Se forem para mais longe, como serão tratados? Se forem para a Amazônia, quantos vão sobreviver? Tocado de um lado para outro em busca de moradia e trabalho, nosso povo acaba como “invasor” de seu próprio país. Precisa ser assim?

Uns dizem que a culpa é do crescimento da população. É mentira: são muitas as terras vazias e boas, que podem ser usadas para gerar, com fartura, o emprego e a comida que faltam. Outros dizem que faltam apenas crédito e tecnologia. Mentira: se não mexermos na propriedade da terra, a política agrícola continuará concentrando a riqueza e reproduzindo a pobreza. Há, ainda, os que prometem uma “revolução verde” atrasada de 25 anos ou que defendem uma política de colonização amazônica, parecida com a que foi praticada pela ditadura militar.

O curioso é que ninguém tem coragem de dizer claramente que é contra a reforma agrária. Sempre foi assim. No entanto, nós já aprendemos que a reforma não virá, enquanto se sucederem no poder os representantes das elites. Muitos trabalhadores rurais depositaram esperanças na Nova República, que nasceu com essa bandeira na mão. Mas foi preciso pouco tempo para que mais uma vez ficasse clara a influência do latifúndio no novo esquema de poder. O resultado aí está: em quatro anos, das 4,8 milhões de famílias sem terra no campo, apenas 40 mil foram beneficiadas com a reforma de Sarney, quase sempre nos estados de fronteira agrícola. No mesmo período, cerca de cem mil pequenas propriedades foram arrancadas das mãos de seus donos, por meio de leilões promovidos pelos bancos.

A Nova República realizou uma contra-reforma no campo. Não era para menos: sua política agrícola é estabelecida a partir dos interesses em jogo no mercado internacional, e não das exigências de desenvolvimento e bem-estar da sociedade brasileira. Exportar é o que importa, para pagar (com a fome do nosso povo) os juros da dívida externa.

Terra, trabalho e alimentos é o que os trabalhadores querem. Menos migrantes nas estradas e menos gente chegando nas cidades é o que todo o país precisa. Para atingir esses objetivos, faremos ampla reforma agrária, atingindo basicamente os 165 milhões de hectares aproveitáveis e mantidos ociosos pelos latifundiários. Não é possível aceitar que parasitas continuem a reter, de forma improdutiva, grande parte do território brasileiro.

Nossos adversários dizem que defendem a propriedade. Mentira. Querem mantê-la concentrada em poucas mãos. A reforma não prejudicará a pequena e média propriedades e será complementada por uma política agrícola que vai beneficiá-las. Os que vivem do trabalho só têm a ganhar. Os que vivem da especulação vão perder seus privilégios.

Como se verá neste segundo fascículo da nossa série, isso também se estende à Amazônia. Lá, chegou a hora de ouvir a voz dos povos da floresta. Do contrário, as gerações atuais serão responsáveis por um desastre de dimensão histórica na vida do país. Não podemos queimar os preciosos recursos da Amazônia em função do pagamento da dívida externa, da ganância de alguns ou de outras questões menores, que se esgotam num horizonte de meses ou de poucos anos. Mediocridade e mesquinha são as marcas do atual governo brasileiro. A taxa de inflação de cada semana e o saldo comercial de cada mês são os únicos pontos de referência para a atuação de nossas autoridades.

O resto é perfumaria e jogo de cena. Essa política reflete o beco sem saída em que nossas elites se colocaram. Nele, aprisionaram um imenso país. O curto prazo não pode mais reinar de forma soberana, impondo decisões que afetarão para sempre nossa geografia, nosso estoque de recursos estratégicos, a distribuição da população e o ambiente. É preciso pensar no futuro e começar a mudar desde já.

Luiz Inácio Lula da Silva

MODERNIZAÇÃO E MISÉRIA

Muita coisa mudou na paisagem rural brasileira nas últimas décadas. Cresceu a área total dos estabelecimentos, com a incorporação de mais de cem milhões de hectares novos. Aumentou a produtividade de certos setores e regiões. Mudou a composição do produto agrícola, com aumento mais do que proporcional das culturas de exportação e da cana-de-açúcar. Alguns setores da nossa agricultura já podem ser comparados aos mais avançados do mundo: em São Paulo, no ano de 1985, o número de tratores por hectare já era semelhante ao existente nos Estados Unidos.

Mas o fundamental não mudou. A concentração das terras permanece em níveis assombrosos: 1 % das propriedades detém cerca de 45% da área cadastrada, e os cem maiores latifúndios somam sozinhos 30 milhões de hectares. As desigualdades regionais aumentaram. A produção de alimentos por habitante mostra, para produtos fundamentais, nítida tendência à queda. As lavouras permanecem ocupando pequena parte das grandes propriedades, e o tamanho do rebanho não justifica que as pastagens representem quase 50% da área total: em média, temos menos de uma cabeça de gado por hectare de pastos.

As condições de vida da população rural são dramáticas: 6,5 milhões de famílias sobrevivem sem terra ou com terra insuficiente, e 3,3 milhões entre elas vivem abaixo da linha de pobreza absoluta tal como definida pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO, órgão das Nações Unidas). Das sete milhões de moradias existentes no meio rural, que abrigam 35 milhões de pessoas, 66% não possuem luz elétrica e apenas 7,5% são servidas por algum tipo de escoamento de dejetos. A taxa média de analfabetismo é inaceitável: 40%. Nos últimos 20 anos, o êxodo rural trouxe para o meio urbano um contingente igual a toda a população da Argentina.

Como se formou, no Brasil, essa estranha combinação de avanço e atraso?

	1975	1980	1985
Milhões de estabelecimentos com declaração de área	5,0	5,2	5,8
Área total (milhões de ha)	323,1	369,6	376,3
Área ocupada pelos 5% maiores (milhões de ha)	222,0	257,6	260,4
Área ocupada pelos 50% menores (milhões de ha)	8,1	8,9	8,3

Fig. 1. A tabela apresenta os dados referentes à posse da terra nos censos de 1975, 1980 e 1985. Aumenta a área total cadastrada, mas decresce de 2,5% para 2,2% a participação relativa dos 50% menores estabelecimentos rurais. No outro extremo, mantém-se o patamar de quase 70% de área apropriada pelos 5% maiores estabelecimentos. Portanto, as novas terras continuam a ser apropriadas prioritariamente pelos grandes proprietários. Vê-se também que no período 1980/85 o número de propriedades cresceu mais do que a área total, indicando um processo de redivisão e possivelmente uma "minifundização" das pequenas propriedades produtivas. Em 1986, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) divulgou novos dados, pelos quais se pode calcular que os 70 maiores latifúndios do país ocupam 6,7% da área total. Continua o processo de concentração.

Fontes: Censos Agropecuários de 1975, 1980 e 1985 (cálculos de Rodolfo Hoffmann).

ORIGENS DOS SENHORES DA TERRA

O meio de produção fundamental da agricultura – a terra – não pode ser multiplicado ao livre arbítrio dos homens, como acontece com as máquinas e outros instrumentos de trabalho. Por isso, a forma histórica de apropriação do território tem imensa importância na constituição de um país. Ela resulta numa estrutura agrária – ou seja, numa maneira de distribuir a terra – que define em larga medida como se desenvolverá o processo produtivo num setor fundamental: a agricultura.

Entre nós, a propriedade se constituiu de forma extremamente discriminatória. Nossa estrutura agrária começou a formar-se na época colonial e ganhou sua formulação jurídica básica em meados do século XIX, quando se discutia a Abolição da escravatura. Havia um grande problema das elites de então: num país tão grande e desocupado, como admitir o fim da escravatura e manter a mão-de-obra presa às grandes fazendas? Como impedir a “fuga de braços” e evitar a formação de uma economia camponesa que esvaziasse as grandes plantações? Surgiu daí a Lei de Terras, de 1850, que define um princípio muito pouco questionado até hoje: legalmente, o acesso à terra se dá no Brasil apenas pela compra e venda. Nem sempre foi assim: desde 1822 a terra era livre, mas então os trabalhadores eram escravos. Quando se aproximava o dia em que os trabalhadores seriam livres, a terra foi aprisionada. Os pobres foram impedidos de ter acesso legal à propriedade.

Para nós, depois de tanto tempo, isso parece normal. Mas não foi essa a norma usada em muitos outros países, inclusive naqueles que hoje lideram o mundo capitalista. Nos Estados Unidos, por exemplo, o processo de ocupação do território gerava o próprio direito. Cada família que se dispusesse a ocupar um pedaço de terra para morar e produzir – e isso foi feito, é certo, com o massacre dos povos indígenas – ganhava direitos. Aqui, a terra das antigas sesmarias ficou com os grandes proprietários ou a Coroa. Surgindo para defender o monopólio da terra, nosso direito agrário legitimou a desocupação e não serviu para organizar o uso do território segundo as necessidades sociais. É um traço muito marcante na constituição do nosso vasto país: até hoje, os brasileiros pobres são tratados como criminosos quando se estabelecem em um pedaço vazio de chão para nele morar e produzir.

A estrutura agrária herdada da Colônia e da escravatura sobreviveu às mudanças e deixou marcas profundas na mentalidade das nossas elites. Não se pode negar seu sucesso: cem anos depois da Abolição, a distribuição da terra brasileira permanece a mesma. É uma vergonha. Em 1985, os 5% maiores proprietários se apropriavam de 70% da área cadastrada, enquanto na outra ponta a metade dos estabelecimentos rurais (quase três milhões de minifúndios) ocupava 2,2% da área (figura 1).

Com a Nova República nada mudou. O Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Sarney representou um passo atrás em relação ao próprio Estatuto da Terra elaborado logo depois do golpe militar de 1964. A proposta de reforma perdeu sua autonomia como instrumento de distribuição de terra e de renda, tornando-se mero capítulo da política agrícola. O mecanismo de desapropriação só foi mencionado no plano para limitar seu conteúdo (“não violentará de maneira nenhuma a propriedade”, “evitará a desapropriação sempre que conveniente”, “não atingirá as terras que produzem” e assim por diante). Depois desse rigoroso

crivo, as desapropriações seriam efetuadas "nas áreas aproveitáveis não exploradas dos latifúndios", que deviam ser definidas pelos próprios latifundiários! Não podia dar certo. Em quatro anos de governo Sarney, apenas 40 mil famílias foram assentadas, o que corresponde a 4,4% das metas pomposamente anunciadas à nação. Se considerarmos que no mesmo período pelo menos cem mil propriedades pequenas foram levadas a leilão, chegaremos à inevitável conclusão de que a Nova República praticou ativamente a contra-reforma. A voracidade dos bancos fez mais estragos na pequena propriedade que o revólver dos pistoleiros.

Anunciado em 1985

Área a ser desapropriada (milhões de ha)	27,6
Número de famílias beneficiadas	900.000

Realizado até o fim de 1988

Área com imissão de posse (milhões de ha)	1,9
Número de famílias beneficiadas	40.400

Fig. 2. O total de 40 mil famílias assentadas em quatro anos é uma vergonha, pois existem no país 4,8 milhões de famílias rurais sem terra. Além disso, 80% das imissões de posse concedidas pelo governo ocorreram nos estados de fronteira agrícola (Amazonas, Pará, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso e Goiás). Na verdade, em muitos casos houve apenas regularização de situações preexistentes.

Fonte: Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad)

Outra demonstração de força dos latifundiários foi o lamentável desenlace da Assembléia Nacional Constituinte, que definiu como não desapropriáveis, terras vagamente consideradas "produtivas". A porta ficou aberta para toda sorte de fraudes. É preciso prestar atenção: depois de mais de 20 anos de regime militar, estamos fundando uma curiosa democracia, baseada na perpetuação de monopólios em todos os setores da vida nacional. Entre eles, o da terra, que mantém como cidadãos de segunda classe milhões de trabalhadores que labutam no campo nas mais diferentes condições.

Se tomarmos como referência o sistema de classificação estabelecido pelo Estatuto da Terra, as propriedades consideradas latifúndios – ou seja, excessivamente grandes e/ou inadequadamente exploradas – detêm mais de 3/4 da área agrícola do país. A primeira consequência é a baixa intensidade de uso da terra. Apenas 10% das 518 maiores propriedades (todas com mais de 50 mil hectares) são classificadas como empresas rurais. Dentro dos latifúndios brasileiros, a área aproveitável não explorada (165 milhões de hectares) é quase 20 vezes maior do que a área total dos três milhões de minifúndios. Não se pense que a ociosidade da terra é uma característica apenas das regiões atrasadas, embora nestas o problema se agrave. No Maranhão, estima-se que a área agrícola efetiva corresponda a apenas 30% do total aproveitável. Mas, em São Paulo, cinco milhões de hectares bons também permanecem ociosos. No Paraná, três milhões. No Rio Grande do Sul, dois milhões.

Nos últimos anos, o crédito, a assistência técnica e os outros mecanismos de política agrícola foram dirigidos para o fortalecimento das grandes propriedades.

Nem assim se conseguiu que elas apresentassem um desempenho superior às pequenas. O grande capital que se diz modernizador e racional abusa da especulação, enquanto o pequeno proprietário apresenta grande vocação para o trato intensivo da terra, com forte absorção de mão-de-obra e maior frequência na produção de alimentos. A pequena propriedade resistiu o quanto pôde e, nesse processo, se tornou mais diferenciada: há as que se modernizaram e se vincularam diretamente às indústrias e, no outro extremo, há as que não puderam absorver progresso técnico e ainda servem de bolsões para a reprodução de mão-de-obra barata. Fica claro, no entanto, pelo exemplo brasileiro e também pelo dos países desenvolvidos, que a pequena propriedade não está condenada ao atraso, nem é menos racional que as grandes.

BANCOS E INDÚSTRIAS NA AGRICULTURA

Falar de sobrevivência de uma estrutura agrária concentrada é muito pouco. Na verdade, ela se reproduz e se afirma. Os dados do Incra mostram que, por diversos mecanismos, nos seis primeiros anos da década de 1980 as grandes propriedades ganharam 97,2 milhões de hectares novos. Como consequência, posseiros, arrendatários e pequenos proprietários perderam seu meio de vida e não tiveram novas oportunidades na agricultura. Entre os que permaneceram no campo, cresceu o número de sem terra, hoje estimados em 4,8 milhões de famílias.

Resulta daí enorme tensão social. Acumulados havia muitos anos, no início do governo Sarney reconhecia-se a existência – de forma aberta ou latente – de 1.225 conflitos de terras, envolvendo uma área total de 45,6 milhões de hectares. Eles opunham, de um lado, 320 mil famílias de trabalhadores rurais e, de outro, 650 pessoas físicas, 40 indústrias, oito bancos, 18 empresas multinacionais, 155 órgãos oficiais e 354 personagens sem especificação. Essa listagem já nos indica que algo mudou. Em muitas regiões do país a figura do “coronel” de botas e chapelão foi substituída por representantes de grandes empresas. Houve “modernização”.

O primeiro aspecto dessa modernização nós já vimos: ela foi conservadora, ou seja, não alterou a tradicional estrutura fundiária. O segundo é que ela foi desigual, concentrando-se basicamente no Centro-Sul do país e em poucos produtos, principalmente aqueles voltados para o processamento industrial. Na prática, em virtude das crises da dívida externa e de energia, a modernização se associou a um forte estímulo para os produtos de exportação e para a produção de álcool. No Nordeste e em outras regiões, permanece significativo o peso da grande propriedade tradicional, enquanto a Amazônia se tornou alvo da cobiça de grandes grupos sem experiência no trato da ecologia regional e sem vocação agrícola. Ali, a terra, como meio de vida e de produção, ocupa lugar secundário na estratégia empresarial. Grandes extensões são apropriadas como reserva de valor contra a instabilidade da moeda e como meio de acesso a outras formas de riqueza (madeiras de lei, crédito farto e barato, benefícios fiscais, hipotecas ou especulação com minérios). Ao contrário do que se poderia esperar, a expansão da fronteira agrícola não vem tornando menos concentrada a distribuição fundiária do país, e a apropriação de terras pelo grande capital não se traduz em seu uso mais racional como meio de produção. É o fracasso da política de “colonização” que foi contraposta pelos governos militares à necessidade da reforma agrária.

Categorias	Número de famílias
Posseiros	540.000
Parceiros (pagam renda ao patrão em produção ou dias de serviço)	300.000
Arrendatários (pagam renda em dinheiro ou produto)	550.000
Microproprietários (possuem menos de cinco hectares)	750.000
Semiproprietários (complementam a sua renda como assalariados temporários)	2.700.000
Total de famílias sem terra	4.840.000

Fig.3. Número estimado de famílias sem terra e sua divisão segundo a situação vivida.

Fonte: *Sinopse de dados sócio-econômicos do Brasil*, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, junho de 1989.

O terceiro aspecto dessa modernização capitalista é sua dependência da ação do Estado. Lançando mão de recursos públicos, o governo estimulou a adoção do modelo agrícola que se desejava importar do estrangeiro. O crédito subsidiado foi a grande isca: sendo vinculado ao uso de insumos industriais, obrigou os tomadores de empréstimo a adotar todo um pacote tecnológico. Diversas medidas paralelas foram tomadas. O ensino de agronomia acompanhou a tendência, formando em massa técnicos exclusivamente capacitados no uso do pacote. A pesquisa agrícola foi transformada em veículo de simples adaptação (limitada e questionável) do modelo às nossas condições. Todo um aparato de propaganda oficial e empresarial buscou afirmar junto à opinião pública e aos produtores as “vantagens da modernidade”. Sobre as desvantagens, silêncio (ver “Impactos ambientais”).

Os grandes beneficiários foram sem dúvida os setores industriais, entre os quais se destacam as empresas multinacionais produtoras de máquinas e insumos ou processadoras de matérias-primas de origem agrícola. A agricultura das regiões mais modernas deixou de depender apenas das condições naturais (solo e clima) e da aplicação dos fatores tradicionais de produção. Tornou-se uma atividade subordinada à indústria, seja como consumidora de produtos (fertilizantes e outros insumos), seja como fornecedora de matérias-primas. No primeiro caso, a utilização intensiva de máquinas e equipamentos obriga a empresa rural a produzir um tipo de lavoura de cada vez, com ampla utilização de fertilizantes, variedades melhoradas e agrotóxicos. No segundo caso, as exigências a respeito do tamanho e aspecto e outras especificações tornam o produtor quase um funcionário da indústria compradora dos produtos. Tudo isso depende de créditos, iniciando endividamentos que transformaram os agricultores em prisioneiros do capital financeiro e de decisões tomadas nos gabinetes do primeiro escalão de governo. Não é preciso grande esforço de imaginação para perceber quem tem mais influência sobre as políticas que dali emanam. Não são, certamente, os pequenos.

A estrutura e a evolução do setor agrícola mais moderno mostram que sua nova dinâmica não pode mais ser compreendida a partir de seus mecanismos internos. Existe hoje uma dinâmica conjunta – financeira, industrial, agrícola e

agroindustrial – que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação na economia brasileira. Fusões, *holdings* e outros arranjos constituíram grupos econômicos poderosos, cujo interesse pela terra muitas vezes nada tem a ver com sua utilização produtiva. Sozinhas ou de forma associada, as empresas multinacionais se apropriaram de cerca de 36 milhões de hectares, 9,7% do total e quase o dobro da área total em mãos dos pequenos camponeses brasileiros. São grandes as expectativas de ganhos especulativos. Seis entre as dez maiores empresas privadas nacionais tornaram-se também grandes latifundiárias, a ponto de aparecerem na triagem feita para indicar os 0,1 % maiores proprietários de cada estado. Os bancos Bamerindus, Bradesco e Itaú; as financeiras e seguradoras Bueno-Vidigal, Bozano-Simonsen, Sul-América e Bandeirantes; as indústrias Belgo Mineira, White Martins, Mannesmann e Natron; as empresas imobiliárias Ometto, Ugolini e Fischer – são algumas que têm muita terra, sozinhas ou associações com outras empresas nacionais e estrangeiras. Para elas, não é terra de trabalho e não tem propriamente valor de uso. É estoque de capital, tanto mais valorizado (em certas regiões) quanto mais vazia a área estiver, pois terra desocupada se negocia com mais rapidez (figura 4).

Nome	Situação	Área (ha)
Manasa/Cifec	Estrangeiro	4.160.000
Aplub	Financeiro	2.279.000
Grupo Antunes-Caemi	Nacional	2.240.000
Grupo Bradesco	Financeiro	893.000
Grupo Klabin	Nacional	523.000
Grupo Votorantin	Nacional	498.000
Eni	Estrangeiro	492.000
Grupo Ometto	Nacional	439.000
Grupo Calcestruzzi	Estrangeiro	368.000
Belgo-mineira	Estrangeiro	288.000
Bamerindus	Financeiro	254.000
Grupo Bueno-Vidigal	Financeiro	241.000
Grupo Camargo-Correa	Nacional	202.000
Grupo Monteiro Aranha	Nacional	190.000
Grupo Dedini	Nacional	180.000
Grupo Andrade Gutierrez	Nacional	168.000
BCN	Financeiro	144.000
Grupo Itamarati	Financeiro	132.000
Safra	Financeiro	108.000
Itaú	Financeiro	107.000

Fig. 4. Algumas grandes empresas industriais e financeiras, nacionais e estrangeiras, que compraram terra no Brasil. 80% dessas propriedades são improdutivas ou exploradas muito abaixo de sua capacidade, pois os investimentos foram em larga medida especulativos e não significam que esses grupos tenham desenvolvido vocação para a agropecuária. Note-se que a propriedade da Manasa S.A. corresponde a 90% do tamanho do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc).

IMPACTOS AMBIENTAIS

O pacote tecnológico que se difundiu em certos setores da agricultura brasileira a partir dos anos 60 é intensivo em capital e energia. O uso de híbridos e de variedades melhoradas, de alta produtividade, abriu caminho para o consumo em grande escala de adubos químicos e pesticidas, enquanto a motomecanização e a irrigação foram fortemente estimuladas. O modelo, que reforçou a concentração da propriedade, do acesso a recursos financeiros e do aconselhamento técnico, resultou no estímulo às monoculturas, que hoje ocupam imensa porção do território nacional.

Esse modelo – que põe agricultura em estreita dependência do setor industrial e é poupador de mão-de-obra – nasceu nos países industrializados, em especial os Estados Unidos, e foi trazido para o Terceiro Mundo sob o nome enganoso de “revolução verde”. A transferência da tecnologia foi feita por institutos internacionais de pesquisa agrônômica, firmas multinacionais e organismos bilaterais de promoção do desenvolvimento e de “cooperação” entre os países do Primeiro Mundo e o governo militar brasileiro.

Nos países de origem o pacote tecnológico teve efeitos como erosão e poluição, causando desequilíbrios. Nada que se compare, no entanto, aos danos ecológicos que decorreram da exportação desse modelo para ecossistemas distintos (e muitas vezes mais frágeis) por todo o Terceiro Mundo. O regime de chuvas, a composição dos solos, o ciclo hídrico, a insolação, o tipo de fauna e flora e as demais condições ambientais dos países temperados – onde a tecnologia foi criada e testada – não se repetem nos trópicos. Os resultados foram arrasadores. No Brasil, gigantescos desmatamentos por queimada e o uso de tratores de esteira expuseram solos à erosão causada pelo vento e a chuva, com a perda, em poucos anos, de imensas áreas aptas para a lavoura. Mudanças climáticas são perceptíveis em várias regiões, verificando-se processos de desertificação até no Rio Grande do Sul. A importação de tecnologias inadequadas vem ocasionando problema de salinização em solos irrigados, especialmente no Nordeste.

Nos últimos 30 anos, o país literalmente queimou parte considerável do seu capital natural. Foram destruídos os banhados e campos do Sul, as florestas de araucária do Paraná e de Santa Catarina, a mata atlântica entre São Paulo e Bahia e os cerrados do Centro-Oeste. Agora, chegamos às últimas fronteiras: Pantanal e Amazônia. Dos nossos ecossistemas notáveis, apenas mangues e restingas não foram destruídos pelo avanço da agricultura e da pecuária, mas estão ameaçados por outros agentes, principalmente a especulação imobiliária. Foram milhares as espécies eliminadas antes mesmo de serem bem conhecidas. Nesse contexto, as áreas que permanecem pouco acessíveis ou foram mantidas como reservas assumem valor inestimável, como bancos genéticos e fontes de conhecimento.

É bem conhecido o processo de fragilização das regiões ocupadas por monoculturas. Numa área qualquer, quanto maior o número de espécies e de ligações entre elas, maior a tendência ao equilíbrio. Ou seja: quanto mais complexos, mais estáveis são os ecossistemas. É instável todo o sistema passível de ser globalmente afetado pela variação na quantidade de uma única espécie, ou de poucas delas.

A agricultura nada mais é do que o aproveitamento, pelo homem, de espécies vegetais adaptadas a ambientes temporários e instáveis: são elas que apresentam crescimento rápido e não desenvolvem estruturas maciças. Ao derrubar matas para instalar a agricultura, o homem remove sistemas biológicos complexos, multiestruturados, extremamente diversificados e estáveis. Coloca em seu lugar sistemas simples e instáveis. Passam a existir algumas espécies onde antes existiam centenas ou mesmo milhares. Reduzindo a diversidade e recobrando vastas áreas com plantas iguais ou muito semelhantes entre si (monoculturas), o homem favorece a reprodução de certos herbívoros que, enfrentando poucos competidores, tendem a constituir populações numerosas. Ocorrem flutuações drásticas em populações, com o surgimento de pragas capazes de alterar todo o precário equilíbrio e, em muitos casos, destruir as culturas.

Para estabilizar o ecossistema em uma situação tão diferente da que existe na natureza local é preciso interferir nele de forma permanente, aplicando muitos insumos e consumindo muita energia. O abuso dos métodos químicos de controle simplifica ainda mais o sistema e, no momento seguinte, reduz sua estabilidade, favorecendo novas erupções de pragas, cada vez mais fortes e freqüentes. Com o tempo, diminui a eficácia do controle químico abusivo. Algumas espécies desenvolvem resistência à ação dos agrotóxicos, tornando pouco eficazes as dosagens até então consideradas normais. A capacidade de reprodução das pragas aumenta, pois os níveis populacionais ficam muito baixos e os predadores em geral, organismos mais complexos – demoram mais a se multiplicar. Por fim, há o problema da contaminação: os sistemas físicos (atmosfera, solo, águas) tendem a dispersar os produtos tóxicos, mas os sistemas biológicos (organismos vivos) tendem a concentrá-los. Entrando na seqüência de encadeamentos alimentares, os *venenos* se acumulam nos tecidos e atingem seus maiores níveis quando se chega ao topo da cadeia, que é o próprio homem.

O problema, entre nós, é grave: em 1988, o mercado nacional de agrotóxicos foi o quarto maior do mundo, atingindo a cifra de 1,1 bilhão de dólares. Até hoje as autoridades brasileiras aceitam produtos banidos de outros países; vendem-se, sem restrições, substâncias proibidas; usam-se, fora dos padrões, venenos perigosos. E pouco se conhece sobre as conseqüências: acidentes e casos de intoxicação são acompanhados de forma assistemática; existem apenas pistas – muito preocupantes – sobre os níveis de contaminação de alimentos; falta um centro de referência que defina padrões analíticos aceitos em todo o país. A legislação federal sobre o assunto, datada de 1934, só agora está em vias de adaptar-se às mudanças tecnológicas.

Apesar do esforço de técnicos da Embrapa e de algumas instituições estaduais, o pacote tecnológico da agricultura também é para nós, em grande medida, uma “caixa-preta” que ainda precisamos desvendar.

EXPORTAÇÃO E CONSUMO

Nas culturas de exportação e nos produtos destinados à agroindústria de transformação a produção aumentou. É duvidoso, no entanto, se esse aumento resultou da modernização ou da mera expansão da área cultivada, que foi enorme: apenas na década de 1970, foram incorporados às propriedades rurais 75 milhões de novos hectares, avançando-se fortemente sobre a fronteira agrícola. O modelo era frágil. Ele certamente provocou aumento na produção por hectare cultivado, mas isso se deu à s custas de aumentos de gastos (de capital e energia) nem sempre racionais. Não é líquido e certo que a produtividade global do sistema tenha efetivamente aumentado. A crise dos anos 80 foi marcada pela retirada dos subsídios para algumas culturas e o dramático aumento nos preços do petróleo e derivados. Os custos de produção do setor moderno cresceram de forma incontrollável, criando dificuldades adicionais para o pequeno proprietário, produzindo forte impacto inflacionário e prejudicando a competitividade dos produtos de exportação.

A dependência crescente da agricultura brasileira em relação aos mercados externos tornou-a mais vulnerável à oscilação dos preços internacionais. Em 1988, os produtos de origem agrícola representavam cerca de 40% da receita total das exportações, usada para gerar os dólares que pagam o serviço da dívida externa. A contribuição do setor agrícola se dá, sobretudo, pelo aumento da quantidade exportada, já que com exceção da soja e do suco de laranja – seus preços vêm sofrendo acentuada queda no mercado internacional. Criou-se um círculo vicioso: para compensar a diminuição no valor das exportações, o governo estimula fortemente o aumento dos volumes exportados. Beneficia os exportadores com subsídios e isenções fiscais que permitem manter a rentabilidade sem elevar os preços, mesmo quando as condições ficam desfavoráveis. Nesse quadro, a receita gerada com as exportações nada mais representa senão a doação de trabalho e recursos brasileiros para o exterior.

Para exportar mais, consome-se menos aqui. As culturas de alimentos básicos ficaram à margem do apoio estatal e, em muitos casos, foram substituídas por produtos mais “nobres”. Ali onde a implantação do novo modelo se estendeu à produção de alimentos (como ocorreu com o arroz no Planalto Central e no Sul), o aumento dos custos foi totalmente repassado para os preços, sem que o governo tomasse medidas semelhantes àquelas adotadas para sustentar a exportação. Nos últimos anos, os alimentos subiram mais do que a média da inflação, com graves conseqüências sobre os padrões nutricionais da nossa população. Como mostra a figura 6, só em grãos e farelo de soja passamos a exportar uma quantidade de proteínas equivalente a mais ou menos o dobro das necessidades protéicas de toda a população brasileira.

O impacto social da aplicação desse modelo no campo foi brutal. Mantendo-se muita terra em poucas mãos, a modernização só podia resultar em expulsão do homem do campo. A tendência à concentração da propriedade foi acentuada e exacerbada pelo uso especulativo da terra: afinal, a mera propriedade permitia captar recursos baratos, na forma de crédito subsidiado pelo governo, muitas vezes desviado para o mercado financeiro ou para a compra de novas terras. Milhões de pequenos agricultores foram “deslocados”. Transferiram-se para áreas de pior qualidade, para a fronteira (onde a grilagem os marginalizou) ou para as grandes cidades, onde foram engrossar as massas de desempregados ou

subempregados. O pequeno agricultor que conseguiu fixar-se nas terras piores também pagou o seu preço: tornou-se mais vulnerável a fenômenos climáticos adversos e viu piorar seu padrão alimentar e de renda.

Ano	Culturas mercado interno	Culturas exportação	Cana-de-açúcar
1977	100,0	100,0	100,0
1978	86,0	101,0	105,1
1979	87,3	106,1	110,5
1980	90,8	108,9	115,6
1981	90,2	136,9	118,3
1982	96,5	98,6	137,9
1983	73,6	120,9	156,4
1984	84,9	119,0	174,8
Crescimento anual médio	-1,9	2,53	7,84

Fig. 5. Índices de quantidade produzida por habitante para três categorias de produtos agrícolas. Note-se que de modo geral a acelerada modernização dos anos 70 não teve reflexos positivos sobre os produtos dirigidos ao mercado interno, cujo desempenho esteve longe de acompanhar o crescimento populacional. Algodão, amendoim, cacau, fumo, laranja, soja e café foram considerados exportáveis; arroz, feijão, milho, mandioca e batata foram os incluídos na coluna do mercado interno.

Fonte: Dados primários do IBGE e de *Agroanalysis*, citados por Fernando Homem de Melo em *Prioridade agrícola, sucesso ou fracasso?*

Com a mudança na base técnica da agricultura, alteraram-se o processo de produção e as relações de emprego. O nível de mecanização aumentou – particularmente na produção de grãos exportáveis – ao mesmo tempo em que se recriaram relações de trabalho extremamente atrasadas e se mantiveram regiões inteiras marginalizadas. Caiu ou estagnou a oferta de empregos permanentes e tende a aumentar o número de assalariados temporários (volantes), que buscam trabalho de fazenda em fazenda, em turmas organizadas por empreiteiros de mão-de-obra (os “gatos”). Sem conseguir estabelecer vínculos formais de emprego, esses trabalhadores tendem a engrossar as correntes migratórias, que cresceram a ponto de modificar anarquicamente a distribuição espacial da população brasileira. É o que veremos agora.

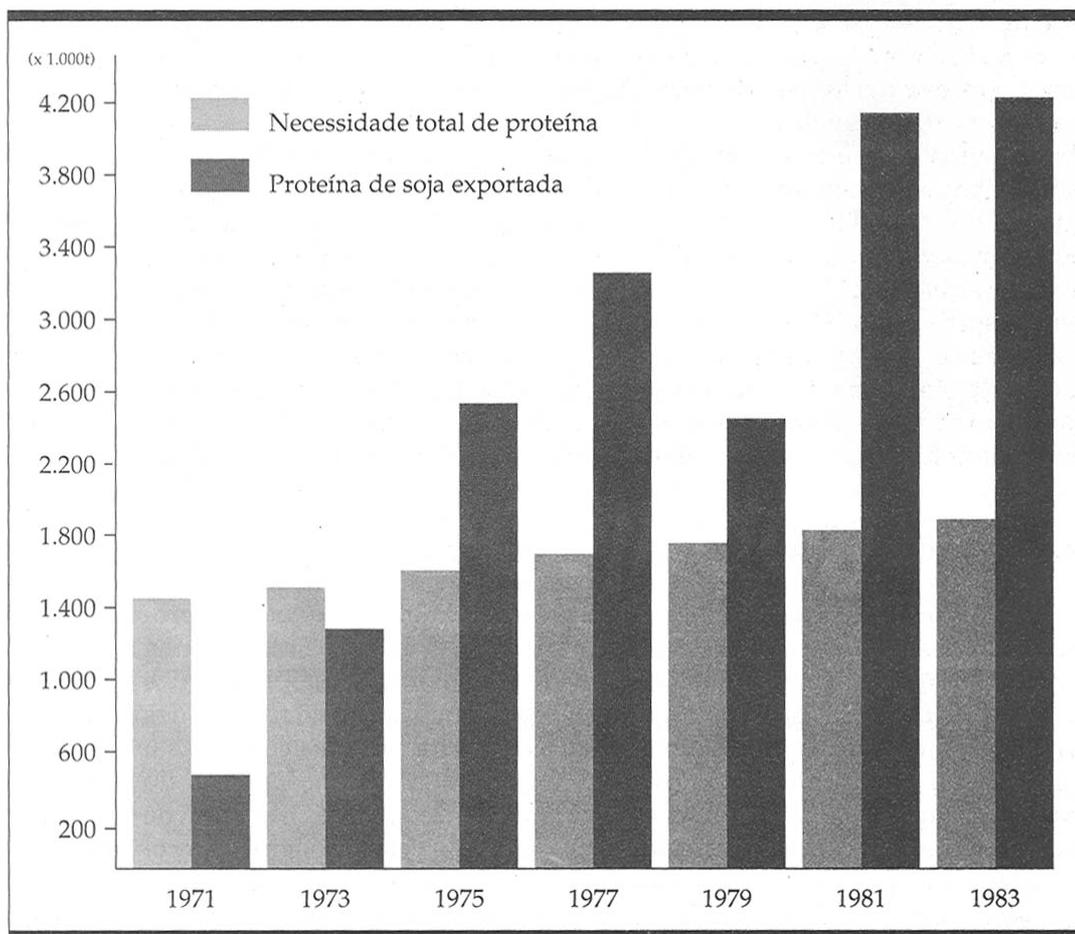


Fig. 6. Necessidade total de proteína para consumo humano no Brasil e proteína exportada na forma de grãos e farelo de soja. Estimativas em milhares de toneladas.

Fonte: Instituto de Tecnologia de Alimentos, citado por Mercedes Concórdia Carrão-Panizzi em Ciência Hoje n° 33.

POPULAÇÃO E ESPAÇO

Muitos atribuem o aumento da pobreza à dinâmica populacional brasileira. É completamente falso: o país vem experimentando há muitas décadas notável desaceleração em seu crescimento demográfico, que se situa hoje na moderada taxa anual de 1,8%. Já se visualiza a estabilização de nossa população em torno do ano 2050, quando seremos entre 240 e 250 milhões de pessoas, número perfeitamente adequado às potencialidades naturais do país. O rápido declínio na natalidade é uma das transformações estruturais mais importantes que o Brasil vivencia neste fim de século, inclusive porque indica uma tendência irreversível.

Pode-se, com certeza, afirmar: não há e nem haverá “explosão populacional” entre nós. Mas isso não nega a existência de um problema. Há, sem dúvida, uma vasta e crescente população pobre, sem acesso a meios adequados de vida. Portanto, há uma população excedente. Mas, excedente em relação a quê?

Ao espaço físico? Parece que não: numa área equivalente a Santa Catarina, o Japão acomoda uma população semelhante à nossa, com níveis de vida muito superiores. Uma hipotética redivisão eqüitativa das terras cadastradas garantiria, a cada família rural do Brasil, mais de cem hectares para morar e plantar.

Aos recursos naturais do país? Também não: são motivo de orgulho dos brasileiros a grandeza e a riqueza de seu território, de modo geral fartamente servido de sol, terras boas, água e minérios.

À capacidade de produção? Não: temos o sétimo parque industrial do mundo capitalista, quase completo (faltam muito poucos setores); e temos uma agricultura que poderia alimentar com sobras cada brasileiro.

Com tudo isso, nossa população é excedente em relação à quantidade de bens e serviços que a sociedade atual é capaz de colocar à sua disposição. O que comanda a produção e a distribuição desses bens não é o número de pessoas, mas a forma como a sociedade se organiza. Ou, o que é o mesmo: são as relações sociais a que essas pessoas estão submetidas.

É certo: no campo, as famílias são maiores, mas em princípio não devemos nos assustar com isso. Para o camponês, ao contrário do assalariado, a família grande é fonte de ajuda, pois forma com ele uma unidade que se auto-abastece de grande parte dos bens e serviços. Numa pequena propriedade há trabalho para todos os que já se locomovem sozinhos: consertar uma cerca, buscar água, catar lenha, cuidar da criação, levar recados e, naturalmente, roçar são atividades que exigem muita mão-de-obra e ocupam toda a família. Quando o camponês é afastado da posse de seu meio de produção fundamental – a terra – sua lógica familiar torna-se perversa: bocas demais para alimentar e muitos braços parados.

O problema não é demográfico. Só a ignorância ou a má-fé mantém acesa a estéril polêmica em torno do controle da natalidade como atalho para o desenvolvimento. É claro que a ação do Estado deve ser mais eficiente na redução da mortalidade e na democratização dos meios de controle da prole, mas isso diz respeito a uma questão de saúde pública e de direitos humanos, e não a uma política demográfica.

Devemos nos preocupar – isso sim – com a distribuição espacial da população, outro lado da dinâmica demográfica. O ritmo de urbanização ainda é muito intenso, sendo condicionado não pelo crescimento absoluto no número de nascimentos, mas pela estrutura agrária deformada e pela concentração das atividades econômicas mais dinâmicas.

Com a contínua expulsão de trabalhadores rurais e o fechamento da fronteira agrícola, cresce o movimento em direção às cidades maiores. Fomos transformados num país de migrantes. Na última década, 18 milhões de brasileiros foram forçados a migrar, e apenas dez cidades – ou seja, dez pequenas áreas do nosso vasto território – tiveram um crescimento populacional equivalente a 45% daquele registrado em todo o país. Todos conhecemos bem os problemas que daí decorrem, que serão objeto de outro fascículo desta série.

Como o desenvolvimento capitalista é desigual, ocorre no Brasil uma grande concentração de atividades num quadrilátero relativamente pequeno, situado entre São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Ribeirão Preto. Nessa região, os espaços entre as cidades estão se reduzindo drasticamente. A tendência que hoje se delineia é a formação de um “pequeno país” cada vez mais urbano e industrial, densamente povoado, onde a produtividade do trabalho é muito alta, mas mesmo assim convivem prosperidade e miséria. Ao redor dele, desenha-se outro imenso “país” mais pobre e mais rural.

As implicações desse cenário devem ser objeto de intensa reflexão. No Brasil, o Estado tem grande influência sobre as decisões a respeito de como produzir, onde produzir, para quem produzir e o que produzir, podendo portanto influenciar fortemente a divisão espacial, setorial e social da atividade econômica. Impõe-se do novo governo uma visão estratégica de desconcentração espacial das atividades e da população, o que só será conseguido se a estrutura agrária for modificada, se os investimentos públicos forem planejados com um horizonte de médio e longo prazo e se houver efetiva desconcentração da renda nacional.

DESERDADOS DA TERRA

Eles moram em barracos alugados, cortiços, alojamentos localizados dentro das propriedades ou na periferia de cidades. São recrutados e controlados por empresas de mão-de-obra, “gatos” e feitores. Não têm vínculos estáveis de emprego ou qualquer proteção legal. Trabalho, só em algumas épocas do ano. Recebem por produção, mas não podem controlar as pesagens e medições. O deslocamento é penoso e inseguro; a jornada de trabalho, extenuante. Do seu tipo de alimentação surgiu o nome que os identifica: “bóias-frias”.

O número desses trabalhadores aumenta em uma grande variedade de culturas e regiões. Antigos parceiros, colonos, arrendatários e pequenos proprietários, eles foram deslocados de suas áreas de origem pela penetração do novo capitalismo no campo. Em muitos casos, o processo de expulsão está a meio caminho: a família ainda mantém vínculo direto com a terra, mas alguns de seus membros (inclusive mulheres e crianças) já saem regularmente em busca de trabalho assalariado, o mais das vezes temporário.

Perda do acesso à terra, trabalho intermitente, miséria absoluta. É da modernização da agricultura brasileira – e não das regiões estagnadas – que estamos falando. Entre nós, o avanço na base técnica da produção fortaleceu ou mesmo recriou as relações sociais mais atrasadas, fazendo da pobreza uma fonte de fartos lucros. Tudo com forte apoio oficial, principalmente na forma de créditos subsidiados.

Aos capitalistas, subvenções. Aos trabalhadores, repressão. Foi assim que, durante o regime militar, se conseguiu fazer de forma ultra-rápida o processo de modernização que nos deixa essa pesada herança. Com os sindicatos sob intervenção ou ameaça, com os partidos de esquerda proscritos, com o Legislativo debilitado, com a democracia cassada, o grande capital pôde fazer valer, livremente, suas próprias “leis de mercado”, que concentram a propriedade e a riqueza. A propriedade é boa, mas para poucos. A iniciativa é livre, mas para alguns.

TRABALHAR E VIVER

As condições de trabalho dos bóias-frias podem ser avaliadas a partir das reivindicações que fazem em suas greves e demais movimentos. Em Campos (RJ), além de aumento salarial, a pauta apresentada pelos canavieiros dizia: “os veículos de transporte devem obedecer as normas do Código Nacional de Trânsito; equipamentos perigosos e pessoas precisam ser conduzidos em separado; queremos comprovantes dos pagamentos efetuados; as carteiras de trabalho têm que ser assinadas pelas usinas; os empregados que ganham por produção passarão a controlar a pesagem”.

Nos canais do Nordeste a situação se repete, e um dos principais motivos de revolta é o roubo descarado no tamanho dos instrumentos usados para medir o trabalho feito (“varas”), no uso desses instrumentos (o conhecido “salto da vara”)

e na pesagem da cana (figura 7). Além disso, também ali o tamanho exagerado da tarefa sacrifica fortemente os trabalhadores.

Na região de Ribeirão Preto (SP), onde entre maio e novembro se concentram 110 mil assalariados para o corte da cana, algumas usinas e destilarias melhoraram as condições dos alojamentos, mas em compensação elevaram para NCz\$ 140,00 por mês (em setembro de 1989) o custo do “aluguel” para os trabalhadores que vêm de fora. A alimentação continua cara, precária e reduzida, e os delegados sindicais não podem fiscalizar as medições da produção, realizadas pelos capatazes. Embora pareça incrível, diversas usinas têm exigido com relativo êxito – a esterilização prévia de mulheres que procuram emprego, muitas das quais bastante jovens.

Sindicância recentemente realizada pelo movimento sindical e por entidades religiosas constatou que também no Mato Grosso do Sul a legislação trabalhista não é cumprida, inexistente controle idôneo da produção diária de cada trabalhador, os alojamentos não têm água, luz e instalações de higiene, a alimentação é deficiente e cara. Além disso, “gatos” e agentes de segurança praticam toda sorte de agressões e intimidações.

Não é muito diferente a situação dos assalariados na região do cacau (sul da Bahia). Ali, a modernização da produção pôs fim às lavouras onde os trabalhadores plantavam para sua própria subsistência. O “contrato de empreitada” passou a ser freqüente e, mais uma vez, o superdimensionamento das tarefas obrigou à ampliação da jornada de trabalho e à incorporação informal de toda a família. Os principais artifícios usados para burlar a legislação são os contratos de trabalho com duração inferior a seis meses (impedindo o recebimento de indenizações), a retenção da carteira de trabalho (para falsificação do tempo real de serviço), a inexistência de comprovantes de pagamento e o não-reconhecimento de horas extras, 13º salário e repouso remunerado. Somados, esses expedientes têm agravado a situação de vida dos assalariados do cacau, que também não podem fiscalizar o resultado final do seu trabalho.

	Paraíba	Alagoas
Salário	26,9%	5,6%
Tarefa	44,0%	40,0%
Medições	35,2%	60,4%
Acumulado	73,5%	60,4%
Repouso	14,3%	14,3%
13º salário	7,7%	7,7%
Férias	10,0%	10,0%
Total	81,1%	81,1%

Fig. 7. Perdas salariais médias constatadas na Paraíba e em Alagoas na safra da cana de 1988/89, em função de abusos patronais. Os principais mecanismos usados são o superdimensionamento das tarefas, as medições fraudulentas e o não-cumprimento das obrigações trabalhistas. O elevado percentual de perda e o aviltamento salarial dele resultante forçam o trabalhador a trazer mulher e filhos para ajudá-lo no corte, incorporando mão-de-obra gratuita para as usinas.

Ainda no sul da Bahia, empresas de reflorestamento têm aumentado sistematicamente as exigências de produção sem contrapartida de aumento salarial. Em 1986, um trabalhador era responsável por uma tarefa de 450 árvores. Hoje, pelo mesmo nível salarial e sem pagamento de hora extra, ele responde por 1.350 árvores. Mantém-se, além disso, a exigência de que as compras sejam feitas em armazéns das próprias empresas contratantes, o que permite abusos nos preços. A situação não é diferente nas outras áreas de grandes projetos de reflorestamento, mesmo naqueles localizados nas regiões mais desenvolvidas do país e sob responsabilidade de empresários “modernos” e “inovadores”.

Os assalariados do sisal são um dramático exemplo de falta de segurança no trabalho. Produzido principalmente na Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o sisal é um dos principais produtos de exportação do Nordeste. Os operadores dos motores de desfibramento ganham por produção e, como a remuneração é baixa, cumprem comumente jornadas de dez a 14 horas por dia. O uso de máquinas inadequadas e ultrapassadas, combinado com a exaustão física, já causou a decepção de dedos, mãos e antebraços em cerca de dois mil dos cinquenta mil trabalhadores baianos do setor. Desde 1983 os acidentados tentam obter aposentadoria por invalidez. Por incrível que pareça, esse direito vinha sendo questionado. Há os que entendem que pessoas com um só braço podem continuar a trabalhar no próprio sisal. Depois de intensa mobilização os trabalhadores mutilados conseguiram obter apenas 50% do salário mínimo.

A CUMPLICIDADE

Acompanhando os acontecimentos, salta à vista uma constatação importante: nem sempre a obtenção de melhorias depende da ação direta de governos. É da força de cada categoria que depende seu próprio destino. É da força de todos os trabalhadores que depende seu próprio futuro.

Em 1979, em histórica greve, os canavieiros de Pernambuco conseguiram boas conquistas. Muitas delas não foram respeitadas depois, mas o resultado desse movimento serviu de referência para trabalhadores rurais de outros estados. De lá para cá, são dez anos de vigorosas campanhas salariais no Nordeste, que não esbarram apenas em difíceis negociações, mas também no sistemático descumprimento dos contratos firmados, sejam eles coletivos ou individuais. Preocupados em negociar suas subvenções nos gabinetes governamentais, os usineiros não têm tempo de cumprir a lei e honrar a palavra empenhada em negociações.

Em São Paulo, no ano de 1984, houve a explosão social de Guariba, duramente reprimida pela Polícia Militar, com o saldo de um morto e 14 feridos à bala. Em rede nacional, a TV Globo se apressou em apontar desde logo o culpado: o PT, embora as investigações realizadas depois inocentassem completamente os militantes do partido. Nenhuma reportagem houve sobre as condições de vida dos que se revoltaram. Nenhuma palavra sobre as causas do movimento. Os usineiros e donos de destilarias de álcool tinham acabado de introduzir um novo sistema de corte de cana (“corte em sete ruas”), altamente prejudicial aos trabalhadores. Em seguida, veio o aumento exorbitante nas taxas cobradas pela água. Foi o limite. Só com a conflagração os canavieiros de Guariba conseguiram

retornar ao corte em cinco ruas, ter direito a recibo do trabalho feito, receber luvas, tornozeleiras e outros equipamentos básicos. Só então foi reconhecido seu direito elementar a ter pagamento em dias parados por força de acidentes de trabalho.

Pouco depois, os colhedores de Laranja de Bebedouro entraram em greve. O que queriam? Nada mais do que a lei e o bom senso mandam: melhores salários, carteira assinada, instrumentos adequados de trabalho, limpeza do mato que cresce entre as árvores, causadores de muito acidente. O mesmo ocorreu nas empresas de reflorestamento de vários estados, sempre com os trabalhadores reivindicando melhores salários e cumprimento da lei. Na agricultura paulista, foram mais de 60 greves em poucos meses. E as conquistas de Guariba e Bebedouro se espalharam. Acordos coletivos foram firmados entre empresas e sindicatos de trabalhadores rurais em todo o Brasil.

Em São Paulo, acelerou-se então a opção pelo corte de cana mecanizado e aumentou a preferência pelos trabalhadores temporários trazidos de Minas Gerais e da Bahia. Instalados em alojamentos dentro das propriedades, eles perdem todo o direito à privacidade e a uma convivência independente do controle patronal. Novamente, o capital combina ação modernizante com recriação das velhas relações que a sociedade lutara para superar. Esse comportamento patronal só é renitente porque tem no Estado um forte cúmplice. Se, junto com o movimento sindical, o governo exigir o cumprimento das leis trabalhistas e usar seu poder de pressão não haverá como manter a semi-escravidão atual. Para isso, é preciso mudar o governo.

O BRASIL DAS MARAVILHAS

FOLHA DE SÃO PAULO, 14/05/89

Os latifúndios por dimensão (ou seja, as maiores propriedades rurais do Brasil) pagaram apenas 2,5% do imposto territorial rural (ITR) devido, lendo sonegado portanto 97,5%. Com um detalhe: o valor do imposto é, por si só, ridículo. Os latifundiários pagam (ou deveriam pagar), por ano, menos imposto por hectare do que o custo de uma passagem de metrô. Explica-se: o ITR corresponde a 0,02% do valor que o próprio proprietário declara, ao Incra, para sua terra. Utilizando os dados do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas, Carlyle Vilarinho, da Universidade de Campinas, demonstrou que as declarações correspondem em média a 5% do valor real da terra nua. Outro detalhe: a avaliação usada para calcular os impostos não vale quando se trata de fazer desapropriação da área por interesse social. Nestes casos, o preço da terra milagrosamente se multiplica.

O DIA, 14/06/89

Reunidos ontem em Brasília, os secretários estaduais de Agricultura pediram ao ministro Íris Rezende a consolidação de um programa mínimo de reforma agrária para este ano. Apresentaram 640 projetos para uma área total de 5,2 milhões de hectares, prevendo o assentamento de 68 mil famílias em 19 estados, com um

custo total de NCz\$ 390 milhões. Mas, segundo o ministro, nada poderá ser feito: o governo federal não dispõe desses recursos. Os secretários insistiram no programa, argumentando que ele poderá reduzir a violência urbana, fixando o homem no meio rural.

JORNAL DO BRASIL, 01/08/89

Os projetos pecuários, principais responsáveis pelos desmatamentos e queimadas na região amazônica continuam sendo desenvolvidos com dinheiro público. Estudo feito no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais constatou que 18% dos 556 projetos pecuários em implantação com incentivos fiscais do Fundo de Investimento na Amazônia (Finam) têm mais de 20 anos de idade, 40% têm mais de 15 anos e 7% têm mais de dez anos, prazos muito maiores do que os necessários para amadurecer iniciativas desse tipo. Em alguns casos, o apoio do Finam permite a isenção total de impostos e a utilização de 50% do valor devido para reinvestimento, como aumento de capital. Os projetos agropecuários representam 58% do total de projetos aprovados pelo Finam até hoje. Deles, apenas 15% foram considerados implantados.

JORNAL DO BRASIL, 25/07/89

Revoltados com o atraso no pagamento e com os salários de NCz\$ 89,00 que recebem (julho de 1989), cerca de 1.500 trabalhadores rurais invadiram as usinas Nossa Senhora das Maravilhas e Frei Caneca, na Zona da Mata de Pernambuco. Com a interferência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape), cerca de mil voltaram ao trabalho na primeira usina, com a promessa de que receberão o que lhes é devido dentro de dois meses. Os demais acamparam em frente aos escritórios da segunda usina, prometendo só sair depois de receberem os atrasados.

VIDA SEVERINA

**Nós não queremos ser grandes.
A terra é limitada, não é possível
todo o mundo ser grande.
Acho que a gente tem que se
contentar em ter o suficiente, mas
em ser gente. Porque o que a
gente não quer é fome, é miséria..**

Maria, camponesa de Floresta do Navio, PE

A partir dos anos 60 não se fala em outra coisa para o Nordeste que não seja a modernização, transformada em lema de sucessivos governos e encarnada em um sem-número de projetos especiais. Como no resto do Brasil, algumas coisas efetivamente mudaram: a estrutura de transporte rodoviário, a rede de comunicações, a organização da produção em certas áreas, o perfil de consumo das classes média e alta e poucas mais. Mas, apesar de toda a retórica, a produção de alimentos básicos nos sertões secos, a estrutura agrária e as redes locais de poder quase não se alteraram, mantendo níveis de concentração de propriedade e de renda piores que os da África do Sul.

A grande maioria dos trabalhadores do sertão não possui terra própria ou possui quantidade insuficiente para dela extrair seu sustento. “Moradores” em terra alheia ou arrendatários, eles pagam ao proprietário entre 20 e 25% (“de cinco, uma; de quatro, uma”) da produção de feijão e de milho, cerca de 30% (a “terça”) da mamona e 50% (a “meia”) do algodão. Assim, sem preocupar-se com a agricultura, os grandes proprietários tradicionais recebem renda da terra e desenvolvem suas atividades econômicas em outros setores: alguma criação e muita especulação com gado, o comércio e os contatos com o aparelho estatal, fonte de recursos e de poder político (ver “O regionalismo das elites”).

Do ponto de vista tecnológico, são bem diferenciados os dois esquemas que permitem a lavoura do sertão. De um lado, existe uma agricultura voltada para fora da região ou diretamente vinculada a indústrias, melhor organizada para incorporar avanços técnicos e facilidades financeiras e comerciais; são as únicas terras irrigadas, que formam no próprio coração das áreas secas, em meio à pobreza geral, oásis produtores de tomate, cebola, cana, melão, melancia e uva. De outro lado está a imensa massa de camponeses parcelários, submetidos a uma qualidade de vida aviltante, mas responsáveis justamente pela produção da comida que vai para a mesa do povo. Eles pagam alto custo por essa produção, assumem todos os riscos inerentes à atividade agrícola e permanecem social e economicamente desprotegidos, pois a política governamental não lhes garante crédito e assistência técnica.

Primeira consequência: o setor agrícola produtor de alimentos básicos tende a acumular atraso. Incapaz de absorver progresso técnico, sua produção permanece completamente vulnerável às sucessivas secas, e seu crescimento

passa a depender de permanente incorporação de novas terras, de produtividade ainda menor (figura 8). Não se diga apenas que falta água. Embora de forma concentrada, chove mais no sertão do que em importantes regiões agrícolas da Austrália e dos Estados Unidos. Encontram-se armazenados ali mais de cem milhões de metros cúbicos de água em açudes e barragens, feitos com recursos públicos, mas muitas vezes apropriados e mantidos fechados pelos donos das terras.

A capacidade de produção não é a principal alavanca nem do acesso ao poder, nem do prestígio social, nem mesmo da acumulação de riquezas. Num certo sentido, nos sertões secos a “propriedade” é mais importante inclusive do que o “capital”. As oligarquias que a controlam, comandam uma estrutura de poder que não pretende e nem é capaz de dirigir os recursos existentes para transformar as bases da economia local. É forte e arraigada a rede de relações que resiste até mesmo à modernização capitalista.

Nas secas, as principais atividades dos fazendeiros se mantêm e chegam a experimentar algum aumento. O seguro agrícola e a concessão, pelo governo, de recursos extras compensam a diminuição ou mesmo o desaparecimento temporário da renda da terra. O comércio com alimentos prossegue e, no caso do feijão e do milho, cresce em volume e preço, já que nesses anos os camponeses pouco ou nada colhem, passando à condição provisória de assalariados nas frentes de trabalho. As estradas, açudes, cacimbas e outras obras de infraestrutura (então construídas sem custos) acabam por reforçar a estrutura fundiária. A especulação com animais aumenta, pois só quem tem pasto e água na propriedade pode manter seu rebanho e só quem tem recursos pode deslocar animais para outras regiões.

O drama do sertanejo não se resume à falta de água. Aos deserdados, falta terra, e a todos faltam condições para cultivá-la. De seus sítios dentro dos latifúndios ou de seus diminutos minifúndios, os camponeses percebem com facilidade a verdadeira dimensão do problema: é com a produção que eles se preocupam e é sobre ela que eles sempre falam. Mas seu discurso não é levado em conta pelas autoridades de Brasília e os detentores do poder local, que permanecem ocupados em multiplicar “projetos especiais”. Muitos já existiram.

Não faltam siglas. Ainda no regime militar, destacavam-se o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), o Programa Especial de Amparo ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste (projeto Sertanejo), o Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste (Pró-hidro), o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (Procanor). Posteriormente, seguindo recomendação do Banco Mundial, eles foram substituídos pelo Projeto Nordeste, com o apoio técnico e financeiro de agências internacionais no valor de 12 milhões de dólares.

A avaliação do desempenho do Projeto Nordeste durante a Nova República não o distingue dos anteriores. São imensas as distâncias entre a intenção e o gesto: Privilegiando a “regularização fundiária” em vez da reforma agrária, o projeto legitima a situação atual, beneficiando os grandes proprietários, e não os trabalhadores rurais. A compra de áreas para assentamento de famílias vem sendo feita pelos institutos de terra de cada estado, sempre com pagamentos à vista e em dinheiro, o que permite todo tipo de negociatas e arranjos entre as elites. Conhecem-se casos em que processos de desapropriação iniciados pelo

Incras (que usaria títulos da dívida agrária) são atropelados pelos institutos estaduais, que se apressam em pagar em dinheiro.

Feijão	Área cultivada (1000 ha)			Produtividade (kg/ha)		
	Pernambuco	Ceará	Paraná	Pernambuco	Ceará	Paraná
1931/33	14,7	12,9	31,8	1.036	1.028	1.117
1952/54	109,4	137,3	317,2	501	455	909
1970/72	254,6	361,0	820,8	519	441	936
1973/75	257,8	416,8	774,2	499	325	707
1976/78	295,6	446,7	792,0	394	259	704
1979/80	292,3	341,2	780,8	409	241	618

Mandioca	Área cultivada (1000 ha)			Produtividade (kg/ha)		
	Pernambuco	Ceará	Paraná	Pernambuco	Ceará	Paraná
1931/33	41,3	9,3	85,6	17.127	23.147	15.366
1952/54	112,5	52,6	147,4	9.727	12.399	11.542
1970/72	142,4	137,7	283,3	12.194	14.604	12.587
1973/75	158,9	125,7	262,3	10.226	10.942	11.879
1976/78	199,1	165,2	229,9	9.922	9.647	11.824
1979/80	187,5	165,5	192,3	10.320	7.234	17.767

Milho	Área cultivada (1000 ha)			Produtividade (kg/ha)		
	Pernambuco	Ceará	Paraná	Pernambuco	Ceará	Paraná
1931/33	121,7	28,3	197,8	1.247	1.384	1.449
1952/54	172,3	195,5	726,7	654	614	1.347
1970/72	330,2	442,2	1.961,0	747	622	1.877
1973/75	438,6	507,0	1.884,9	753	549	1.848
1976/78	365,9	503,3	2.079,1	698	544	1.906
1979/80	300,9	404,1	2.141,9	517	349	2.166

Fig. 8. Nas tabelas, montadas a partir dos dados apresentados por Fernando Homem de Melo em *O problema alimentar do Brasil*, aparece a evolução da área plantada e dos rendimentos por hectare de três produtos básicos largamente cultivados no Nordeste. Utilizamos como referência os estados de Pernambuco e Ceará, mostrando também, para efeito de comparação, estados do Sul onde os mesmos produtos existem. Note-se a semelhança entre a produtividade do Nordeste e do Sul no início da década de 1930. Com a incorporação de novas terras em ambas as regiões e com a modernização na região Sul, a diferença se torna cada vez mais acentuada: no Nordeste, a produtividade da agricultura de alimentos básicos decaiu fortemente.

Fonte: Sérgio Coes de Paula e César Benjamim ... e o sertão, de todo, se apropriou à vida – um estudo sobre a fome e seca no Nordeste.

Não há esperanças em caminhos que se baseiem em fórmulas mil vezes já tentadas: propor soluções de fora para dentro da sociedade local, com base em entendimentos entre as elites, desligados da iniciativa dos próprios sertanejos. Eles vêm com clareza – e sentem – sua posição de excluídos na história e na geografia do país. A parte que lhes cabe é pobre, é árida, é inferior. Mas sua

consciência não carrega esses atributos, o que se manifesta inclusive numa surpreendente capacidade de comunhão e de festa no cotidiano miserável. Quem já conviveu com eles sabe que não estão carregados de amargura e desesperança, que seriam mais do que justificáveis. Talvez isso se dê porque eles querem mudar. Precisam mudar. Vão mudar, pois sua situação já durou para além de toda a medida. Talvez nossas elites só compreendam isso quando uma ruptura radical e traumática vier resgatar a irrazoável esperança, o louco e paciente otimismo que, ao fim e cabo, marcam a força do povo do sertão.

O REGIONALISMO DAS ELITES

Metade dos 37 milhões de nordestinos vive no campo ou se amontoa nas periferias de pequenas cidades do interior. Quinze milhões vivem em estado de pobreza absoluta. Na região, a renda por habitante corresponde a 40% do nível nacional e a 25% do nível de São Paulo. Há desnutrição em larga escala.

Informações e estatísticas desse tipo são bem conhecidas e dão margem a diversos tipos de exploração política da miséria. Uma delas é a utilização, pelas elites locais, de um discurso regionalista que considera o Nordeste uma vítima inocente do clima e da exploração praticada pelo resto do país. Em busca de apoios fáceis, não faltam candidatos que se deixam sensibilizar pela ladainha entoada por nobres deputados e solenes senadores, representantes de uma “região problema”, cuja existência é motivo de culpa para toda a nação.

Esse discurso é mais significativo pelo que ele esconde do que pelo que diz. Estão dentro do Nordeste os mais brutais índices de concentração de renda do país; grande parte do dinheiro público para lá deslocado cai no saco sem fundo das elites locais. As desigualdades regionais não podem ser usadas para esconder a imensa e crescente desigualdade no próprio interior da sociedade nordestina.

Ao contrário do que se acredita, o Nordeste como um todo não está estagnado. Ao contrário. Nas últimas décadas as taxas de crescimento econômico da região foram significativas, mantendo-se durante 20 anos uma média anual de 7,1%. Implantaram-se indústrias e foram feitos muitos investimentos na agricultura. A rede viária e de comunicações deram um salto e as Centrais de Abastecimento alargaram o circuito de mercado da produção nordestina, ampliando as exportações.

A implantação de indústrias de processamento de frutas (laranja, coco, caju, abacaxi, uva, maracujá), a modernização de usinas de açúcar e a criação de destilarias de álcool dinamizaram um complexo agroindustrial. Algumas áreas foram irrigadas e adotaram modernas formas de organização da produção. Mas, também aqui, a estrutura fundiária não se modificou e a agricultura moderna está subordinada a interesses industriais (como é o caso do tomate) ou de grandes empresas comerciais ligadas aos mercados da região Sudeste. Das áreas nordestinas mais produtivas saem cebola, melão, melancia e outros produtos usados para cobrir períodos de entressafra na produção de regiões mais abastadas.

A reorganização do processo produtivo na região (como sempre, com forte apoio do Estado) não tem alterado a estrutura de poder, pois as oligarquias se adaptam às novas circunstâncias. Elas não têm do que reclamar. Recebem subsídios, incentivos e recursos de todo tipo e continuam dominando a região, com uso do obscurantismo e do clientelismo. Enredado em alianças políticas e em interesses de classe, o Estado modernizados patrocina também a perpetuação do atraso. Na verdade, há um círculo vicioso. Mantendo-se a miséria e a retórica, se fortalece a presença política das oligarquias nordestinas no plano federal, inclusive pela manutenção de regras eleitorais que sobre-representam essas elites no Congresso Nacional.

Nos anos 60, os idealizadores da Sudene acreditavam que a modernização da região modificaria a estrutura de poder. Hoje, sabemos que não foi assim. Mas alguma coisa se move. Talvez os anos 80 marquem o início de um tempo novo. Há uma nova maneira de expressão e organização dos trabalhadores. Os assalariados da cana calculam os ganhos dos usineiros com a super-exploração do trabalho e descartam argumentos patronais sobre a permanente “crise” do setor. Nas lutas pela terra, as entidades dos trabalhadores levantam os subsídios governamentais em jogo e denunciam as dívidas dos latifundiários com o Estado. A apropriação privada da água de barragens e açudes é questionada. A “indústria da seca” é denunciada. Aumenta a descrença na eficácia dos projetos governamentais, vindo de cima para baixo. Discute-se o mau uso dos recursos públicos.

Os trabalhadores do Nordeste têm se aproximado dos trabalhadores de outras regiões do país e cada vez mais percebem que compartilham com eles um futuro comum. Começam a quebrar os “blocos regionais” das elites, pois a reforma agrária, a democratização da propriedade e a distribuição de renda são bandeiras que não têm fronteiras dentro do Brasil.

7 PALMOS PARA OS EXCLUÍDOS

Hoje já podemos confessar que realmente compramos armas com o dinheiro dos leilões. No primeiro, em Goiânia, adquirimos 1.636 armas. Com o segundo, em Presidente Prudente, adquirimos mais 2.430 armas e aí proliferaram as regionais da UDR. Atualmente, temos mais ou menos 70 mil armas.

Salvador Farina, presidente da UDR de Goiás, declarações ao jornal *Germinal*, de Goiânia, em abril de 1987.

Desde que a Nova República assumiu o governo, a cada três dias foi assassinado um trabalhador rural. Entre 1985 e 1988, foram 496 homens, mulheres e crianças envolvidas em lutas pela posse da terra, em demandas trabalhistas ou em mobilizações pela defesa da produção. Como se explica uma tão alta soma de mortos, num período em que a sociedade brasileira viveu a chamada transição para a democracia?

Vimos que, desde 1964 e durante mais de 25 anos, o Estado militar brasileiro captou recursos do contribuinte para transferi-los, sob a forma de incentivos fiscais e outros benefícios, aos empresários que quiseram investir no campo. Muitos se habilitaram não propriamente à agricultura, mas à compra de terras.

Essa política de favorecimentos, conjugada a outras medidas administrativas, operou profundas modificações na fisionomia do Brasil. O Estado apoiou ativamente a marginalização de milhões de camponeses. Da concentração fundiária realizada como um objetivo político resulta a primeira violência. A separação entre homem e terra agravou o desemprego e a sub-habitação nas cidades, ao mesmo tempo em que aumentava a oferta de braços para o assalariamento nas usinas e fazendas.

A violência contra os trabalhadores rurais traz a marca de quase cinco séculos de história. É característica de uma sociedade que ainda concebe os camponeses como descendentes sociais dos escravos de cem anos atrás. Mas o regime militar converteu essa violência tradicional numa política de Estado. Centralizou e militarizou a política fundiária do país e criou organismos “administrativos” para conduzi-la. Os últimos instrumentos do Estado militar contra os camponeses foram o Ministério Especial de Assuntos Fundiários (MEAF), dirigido (sintomaticamente) pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). Ambos os organismos foram criados durante o governo do general Figueiredo e atuaram como ponta-de-lança do Estado contra qualquer movimento de trabalhadores rurais – em geral posseiros que reivindicassem terra. Em certos momentos, a intervenção foi aberta

e clara, como no episódio dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Goriou, presos e torturados nas dependências do Getat em São Geraldo do Araguaia.

○ CRIME ORGANIZADO

Com a formação da Nova República, em 1985, o Estado se retraiu. Onde se via a atuação direta do Exército ou de outros órgãos federais, apareceram as polícias militares dos estados, aliadas a pistoleiros ou a milícias particulares de latifundiários. A violência contra os trabalhadores não cedeu, como se poderia esperar. Os dominantes continuaram os mesmos, houve apenas uma descentralização no exercício do poder.

Enquanto houver latifúndio, em vastas regiões o poder local estará baseado nele. Os trabalhadores sem terra e os posseiros passaram a enfrentar não o inimigo distante, que funcionava a partir das ordens de Brasília, mas o inimigo próximo, que conhece todos os caminhos. O dono da terra também é dono do posto de gasolina, tem um sobrinho no cartório, colocou uma enteada no posto telefônico, influenciou na escolha do delegado de Polícia, janta regularmente com o juiz e o promotor. Poder público e particular se confundem. Não é claro onde termina a ação do Estado e começa a da milícia. Não é claro quem faz as leis e quem pode executá-las. Por isso, a imensa maioria dos assassinatos de trabalhadores rurais não ultrapassa a fase do inquérito policial.

Por trás dos 496 assassinatos ocorridos desde 1985 em consequência de conflitos de terras ou trabalhistas (figura 9), há uma articulação de milícias armadas por latifundiários, particularmente nas áreas de fronteira agrícola. Não se trata mais do jagunço antigo, criado na fazenda e, nas horas certas, convocado para fazer o trabalho sujo. Agora são os pistoleiros de aluguel. No início, atuavam individualmente. Com o aumento dos conflitos, se organizaram em grupos que oferecem serviços no mercado da morte.

Com a formação de grupos permanentes, aparecem gastos e necessidades permanentes. Manter uma tropa, ainda que reduzida, implica alto custo em equipamentos, armas munições, veículos e outros materiais. É necessário pagar salários, manter em lugar seguro campos de treinamento, montar esquemas de fuga e esconder elementos “queimados”. É preciso, ainda, pagar à Polícia taxas de “convivência”, para evitar tropeços. A constituição de grupos paramilitares é por si só geradora de violência. A “empresa” tem custos e não pode ficar imobilizada. Passa a demandar, ela mesma, serviço.

Ao mesmo tempo em que a Nova República se apresentava como a coveira do regime militar, aparecia a União Democrática Ruralista (UDR). Quando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi entregue aos trabalhadores rurais no IV Congresso da Contag, os latifundiários montaram uma organização que em alguns meses ganhou estrutura nacional. Nascida por iniciativa de grandes pecuaristas de São Paulo, Goiás e Triângulo Mineiro, a UDR tornou-se a principal articuladora dos inimigos da reforma agrária. Ela opera em diferentes esferas. Arregimenta latifundiários; organiza leilões destinados a arrecadar fundos; faz propaganda; pressiona o governo e o Congresso; monta empresas que ofereçam fachada legal para a organização de ações paramilitares, como a autodenominada Solução, em Goiânia; procura ligações com o aparato militar dos

estados; compra armamentos. A partir da UDR, a violência no campo deixou de ser espontânea. Passou a ser uma violência que conta com um estado-maior. Tanto os dados oficiais do governo como os da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstram um quadro de violência generalizada: a cada ano, mais de meio milhão de brasileiros se envolvem em conflitos no campo. É também uma violência seletiva: suas principais vítimas são dirigentes sindicais, líderes comunitários, agentes pastorais e advogados, como os nossos companheiros Wilson Pinheiro, Benezinho, Margarida Alves, Eloy Ferreira da Silva, Nativo da Natividade, Roseli Correa da Silva, Raimundo (Gringo) Ferreira Lima, Sebastião Rosa da Paz, Angelo Kretã, Marçal Tupã-Y, Chico Mendes, Eugênio Lyra, os deputados Paulo Fontelles (PCdoB) e João Carlos Batista (PSB), os padres Josimo Tavares e Ezequiel Ramim e muitos outros. Esses assassinatos têm sua própria lógica e pretendem atingir objetivos precisos: cortar as cabeças dos movimentos de trabalhadores rurais e manter os camponeses isolados das outras forças sociais que se solidarizam com eles. É, portanto, uma violência seletiva e organizada. Por fim, dado o seu caráter de classe, esta violência é impune. A grande maioria dos pistoleiros continua à solta. O tratamento dado aos assassinos de camponeses deu margem ao ditado popular: "quando o rico mata o pobre, o defunto é que vai preso". Aos excluídos do campo, o latifúndio propõe sete palmos de terra.

CONFLITOS DE TERRA	1985	1986	1987	1988
Conflitos em curso	636	634	582	621
Pessoas envolvidas	405.456	594.448	667.177	403.733
Hectares em disputa	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897
Número de assassinatos	125	105	109	93

CONFLITOS TRABALHISTAS	1985	1986	1987	1988
Conflitos em curso	76	95	109	59
Pessoas envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.780
Hectares em disputa	-	-	303.800	164.400
Número de assassinatos	14	17	24	9

TOTAL	1985	1986	1987	1988
Conflitos em curso	712	729	691	680
Pessoas envolvidas	564.641	797.969	984.583	687.513
Hectares em disputa	9.557.902	12.615.947	17.937.679	20.138.297
Número de assassinatos	139	122	133	102

Fig. 9. Quadro comparativo de conflitos entre 1985 e 1988. Ao assumir, a Nova República prometeu reforma agrária. A frustração dessas promessas fez com que se mantivesse muito alto o número de confrontos em torno da posse da terra e das questões trabalhistas. Cada ano do governo Sarney foi marcado por mais de cem assassinatos de trabalhadores. A Polícia não conhece os culpados.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no campo brasileiro/88*.

O BRASIL DAS MARAVILHAS

FOLHA DE SÃO PAULO, 16/06/89

O governo do presidente José Sarney é o campeão da devastação florestal na Amazônia. Segundo o Instituto de Pesquisa Espaciais (Inpe), nos últimos anos foram destruídos pelo menos 128 mil quilômetros quadrados na floresta amazônica. É mais do que a metade dos 215,9 mil quilômetros quadrados desmatados na região ao longo dos 500 anos de história do Brasil. Cerca de 60% da destruição decorrem de áreas queimadas para a criação ou renovação de pastagens.

RELATÓRIO DA ANISTIA INTERNACIONAL, 1988

O corpo de Clésio Pereira de Sousa, de três anos de idade, foi deixado no local onde caiu quando foi baleado e morto, junto com seu pai, por pistoleiros. A criança foi atingida nas costas, quando era carregada nos ombros do pai, Sebastião Pereira de Sousa, lavrador, 51 anos, baleado na cabeça à queimadura. Eles foram mortos em Coianésia, sul do Pará, em outubro de 1987.

Consta que os pistoleiros foram contratados por pessoas que reivindicavam um pedaço de terra que estava sendo cultivado por uma comunidade camponesa e acreditavam que Sebastião era o líder da comunidade. Ao procurarem por ele no dia anterior, balearam e assassinaram João Ventinha, que visitava sua casa. Quando a mãe de Sebastião foi à delegacia, o delegado, um sargento da Polícia Militar, disse que não poderia registrar o fato porque não tinha caneta nem papel. Mais tarde, um inquérito policial foi aberto e três pistoleiros foram detidos. Depois de uma audiência, em dezembro de 1987, foram libertados no aguardo do prosseguimento do processo.

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS (IBASE), AGOSTO DE 1989

Mais de 11 milhões de um total de 18,9 milhões de hectares de terras vendidos a estrangeiros nos estados do Pará, Bahia, Mato Grosso, Amazonas, Goiás, Maranhão e Roraima continuam em situação ilegal, sem registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Segundo conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada em 1975 na Câmara dos Deputados, já naquela época havia grupos especializados na venda de terras a estrangeiros, usando documentos falsos e praticando atos de violência contra posseiros. Esses grupos venderam o equivalente a 3% da área total dos imóveis rurais do país. Apesar desta CPI ter resultado na Lei nº 5.709, que regulamente a venda de terras a estrangeiros, as arbitrariedades continuam, sem que nenhum responsável tenha sido punido.

CUIDADO, FRÁGIL

A Amazônia é uma das últimas regiões de fronteira em vias de ocupação em todo o mundo. Seus recursos minerais são imensos. Sua floresta, rica em madeiras nobres, apresenta condições ecológicas complexas e pouco conhecidas. Uma fantástica diversidade de espécies está ali abrigada, junto com 1/6 da água doce existente no planeta. A cobertura vegetal influencia o regime de chuvas de regiões dentro e fora do Brasil.

Com uma extensão territorial que corresponde a 54% do território brasileiro, a Amazônia é um dos maiores desafios políticos com que nos defrontamos hoje. Encontra-se na região uma síntese das contradições acumuladas ao longo da história do nosso povo. Trabalhadores migrantes rodam como peões, de uma fazenda para outra, de uma barragem para outra, de um garimpo para outro. As nações indígenas são desrespeitadas e massacradas. O antigo pequeno proprietário do Sul tenta uma nova sorte. O latifúndio madeireiro-pecuarista e os grandes grupos econômicos, nacionais e multinacionais, se deslocam para lá, com gordos incentivos do governo. A intensidade dos conflitos pela posse da terra e a rápida destruição dos recursos naturais são componentes fundamentais desse drama.

Se a sociedade nacional é o pano de fundo, o Estado é o regente dessa desafinada orquestra. Por isso, a situação da Amazônia é responsabilidade de todos. Ninguém é imparcial, nem nós. O ponto de vista que privilegiarmos é o dos povos da floresta índios, castanheiros, seringueiros, caboclos – e dos finais interessados em produzir de modo integrado às condições ecológicas e sociais da região. Os que matam e desmatam são inimigos da vida.

O padrão atual de ocupação da Amazônia é filho da ditadura. Fundamentado em princípios geopolíticos e na doutrina de segurança nacional, ele se estruturou em torno da construção de eixos rodoviários (do Nordeste ao Acre, de Cuiabá a Santarém) que dariam suporte a políticas de colonização e ao deslocamento, para a região, do grande capital nacional e internacional. Com o pretexto de desenvolver atividades extrativas e pecuárias, formaram-se ali, a preço de banana, os maiores latifúndios do Brasil. Em vários deles caberiam países inteiros.

ERROS DA GEOPOLÍTICA

Como é típico das doutrinas geopolíticas, valorizou-se o espaço geográfico e se esqueceu a sociedade. Apresentada pela ditadura como alternativa à reforma agrária, a política de “colonização” logo mostrou sua fragilidade. Milhares de quilômetros separam as áreas amazônicas dos grandes centros consumidores do resto do país. Além disso, não houve pesquisas sérias sobre o complexo ecossistema regional, em geral assentado em solos que não resistem à perda da cobertura vegetal. Levas de migrantes logo abandonaram seus lotes empobrecidos, passando a constituir mão-de-obra barata para os grandes empreendimentos ou tentando no garimpo uma nova oportunidade.

Sobretudo a partir do governo do general Ernesto Geisel a política de ocupação descobre, para a região, uma nova vocação: a pecuária. Insanidade. É esta a atividade que se faz acompanhar da menor taxa de ocupação humana e representa um desastre ecológico para a Amazônia, pois exige a derrubada de grandes áreas florestais para a formação de pastagens que se degradam com rapidez. Para alguns, pouco importa: a terra e as árvores ainda são fartas, e a legislação condiciona a liberação de recursos federais à existência de “benfeitorias” nas fazendas pecuárias em vias de implantação. Derrubar e queimar florestas e colocar nessas áreas algumas cabeças de gado passou a ser um tremendo negócio, instituindo-se inclusive a prática do “aluguel de bois” para a obtenção de subsídios por parte dos fazendeiros.

Grupos financeiros e industriais, multinacionais e outras empresas sem tradição agropecuária e sem conhecimento da Amazônia se lançaram nessa nova fronteira de acumulação de capital. Multiplicaram-se as madeiras. Também se deslocaram para lá – na esteira dos subsídios do Estado – as grandes empreiteiras. Com elas, veio o Programa Grande Carajás, com seus 900 mil quilômetros quadrados de abrangência (11% do território nacional) e seus altos fornos movidos a carvão vegetal. Aumentaram os movimentos erráticos de população e as tradicionais endemias: só em 1988, ocorreram 566 mil novos casos de malária.

O saldo dessa trajetória é desastroso. Se ela não for modificada, as futuras gerações lamentarão ao extremo as opções que estão sendo feitas agora. Não há tempo a perder.

Tratada como um “grande vazio”, a Amazônia não tardou a se rebelar, pela voz dos habitantes da terra: índios, posseiros, seringueiros, castanheiros e caboclos. Contra a grilagem e a megalomania do Estado, os povos da floresta se mobilizaram. Nos últimos anos, cresceu a importância da questão das barragens, pois a região abriga a maior parte do potencial hidrelétrico brasileiro ainda não aproveitado. O uso desse potencial inundaria cerca de 2% da área total, o que não é muito. Mas, mesmo assim, preocupa: trata-se das terras mais nobres, nas beiras-rio, onde vive a maioria da população. O exemplo de Balbina mostra que a maneira como o Estado e os grandes empreiteiros tratam essas questões tem sido desastrosa: para produzir apenas 250 megawatts de energia, 2.400 quilômetros quadrados de floresta foram inundados. Tucuruí foi construída para viabilizar a exploração do alumínio na bacia do Trombetas por multinacionais japonesas, que recebem a energia mais barata do mundo, fortemente subsidiada. É preciso estudar seriamente os efeitos físicos, ecológicos e sociais das grandes obras, especialmente no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas. Os reservatórios de Belo Monte e Babaquara, por exemplo, ameaçam diretamente os povos juruna, arara, kararaô, xikrin, araweté e parakanã, cujos territórios serão total ou parcialmente submergidos. Várias de suas aldeias serão deslocadas, com evidente impacto desorganizador. Além disso, o problema não se esgota na perda das terras que serão inundadas. Haverá as áreas de influência das barragens e das obras, com as conseqüentes pressões migratórias, grilagem e outras formas de “modernização”.

GEOPOLÍTICA DOS ERROS

Encarada ao longo da história como uma vasta fronteira de recursos livres, a região amazônica tem experimentado um doloroso processo de expropriação de suas riquezas e, simultaneamente, uma desordenada ocupação de seu território. Interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais aparecem sempre sob a roupagem de programas de desenvolvimento. Mas o que se pode constatar é que os pesados investimentos realizados nos últimos anos basearam-se em megaprojetos, com uso extensivo dos recursos (terra, madeiras, minérios). Pouco ou nenhum desenvolvimento trouxeram à estrutura produtiva da Amazônia, reforçando na região uma economia de base primário-exportadora.

O Grande Carajás, a Mineração Rio do Norte, a Albrás, a Alunorte, o Jari e outros projetos similares seguem os mesmos modelos de exploração já aplicados no passado em diversas regiões do Brasil e do mundo. Exploram recursos naturais não renováveis sem se articular com a estrutura produtiva local. Conseqüentemente, produzem pouco ou nenhum efeito multiplicador. O padrão técnico adotado por todos eles, indistintamente, é intensivo em capital e poupador de mão-de-obra, de tal forma que a geração de emprego é extremamente modesta quando comparada com o volume dos investimentos. Os bens de capital e a tecnologia vêm de fora. Os únicos fatores locais aproveitados na produção são a matéria-prima e o trabalho menos qualificado. O resultado é que a região se especializa em produzir e exportar, para o resto do país e principalmente para o exterior, produtos com pouca ou nenhuma elaboração. É o caso dos minérios, cuja exploração se acelerou nesta década a toque de caixa (ver “Minério não dá duas safras”). Ele sai do Brasil semibeneficiado e subvalorizado, por força da estratégia exportadora, implantada para pagar o serviço da dívida externa. O mesmo se dá com a madeira.

O conflito entre garimpos e empresas de mineração reflete a ausência de uma política mineral que efetivamente norteie o setor. Os garimpos têm várias faces, conforme a região onde estão, o bem mineral que exploram, a tecnologia que empregam e as relações de produção que encerram. Na verdade, também há neles uma divisão nítida entre fortes e fracos, grandes e pequenos. Estão na pior situação os diaristas, assemelhados aos bóias-frias da agricultura. É grave o impacto ambiental dessa atividade: o mercúrio é usado na proporção de dois para um em relação à quantidade de ouro apurada. Altamente tóxico, capaz de causar males genéticos, é grave ameaça aos próprios garimpeiros, à fauna e à população em geral. Só no rio Madeira, operam atualmente cerca de 30 mil balsas, todas elas utilizando mercúrio. O volume total lançado nos rios do Pará foi estimado em 24 mil toneladas em 1988.

O Brasil está destruindo um potencial natural que sequer é bem conhecido. Poluímos imensos rios e não sabemos qual é o exato ciclo de suas águas, que abrigam 2.500 espécies de peixes. Destruímos uma floresta com 4.000 plantas dotadas de propriedades medicinais nunca estudadas. Atacamos às cegas uma fauna que representa nada menos do que a metade das espécies animais existentes no mundo.

Precisamos ouvir a voz dos povos da floresta. Se forem derrotados, levarão consigo segredos que nunca serão redescobertos. É grande a dívida que a sociedade brasileira tem para com eles. Resgatá-la é uma promessa que assumimos solenemente, junto do túmulo de Chico Mendes.

MINÉRIO NÃO DÁ DUAS SAFRAS

Não só o solo brasileiro, mas também o subsolo estão entre os mais ricos do mundo. Talvez isso ajude a entender a acesa polêmica havida na Constituinte de 1988 em torno da questão mineral. Explica-se: giram em torno dela bilhões de dólares e interesses internacionais poderosos.

A mineração é atividade indispensável ao desenvolvimento econômico, mas quase sempre demanda grandes investimentos e propicia retorno do capital em prazos longos. Daí a tradicional participação do Estado no setor. Como nos demais casos, essa participação pode representar a garantia de um uso racional dos recursos do país, tendo em vista melhorar a qualidade de vida do povo a curto, médio e longo prazos. Mas, se o Estado estiver a serviço de grupos privados, tende a ocorrer o inverso. É, infelizmente, o nosso caso.

Em 1896, das seis empresas mais beneficiadas com autorizações de pesquisa, alvarás e concessões para exploração mineral, apenas duas eram nacionais (Companhia Vale do Rio Doce e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, sendo que esta não se destina à exploração). Os grupos estrangeiros detêm controle direto sobre mais de 400 mil quilômetros quadrados do território brasileiro, área maior do que a soma dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Note-se bem: controle do território não se traduz necessariamente em produção. Ao contrário: na maioria dos casos mantêm-se reservas inativas, dentro de estratégias definidas em nível mundial. Fazendo surgir escassez ou abundância em cada momento, as grandes empresas manipulam preços e controlam o mercado internacional de minérios, petróleo e outros produtos naturais.

Além disso, nem sempre produção significa geração de riqueza para o nosso povo. Por exemplo, a exportação de grande quantidade de minério bruto ou pouco beneficiado contribui para perpetuar a dependência, pois importamos depois, na forma de máquinas e equipamentos, os mesmos minérios valorizados pela tecnologia neles incorporada. O minério de berílio é exportado pelo Brasil ao preço de um dólar por quilo; o berílio manufaturado é importado a 500 dólares o quilo. O quartzo em lasca é exportado a três dólares; transformado no estrangeiro em quartzo “grau eletrônico”, retorna para nós por 3.500 dólares.

O resultado da Constituinte não correspondeu integralmente às aspirações populares. Mas houve avanços. Criaram-se condições para que o Brasil não permaneça vítima dessa política que privilegia a exportação de minérios in *natura* (não industrializados) a preços irrisórios. Em nosso governo, a exportação de minerais brutos será objeto de cuidadoso exame, de modo que as reservas nacionais não sejam dilapidadas para alcançar-se objetivos meramente conjunturais e passageiros da política econômica: minério não dá duas safras.

O controle dos recursos naturais pela União e a adoção de uma política de desenvolvimento tecnológico são nossas premissas fundamentais. Não haverá maiores concessões a multinacionais, subsídios ao capital privado, incentivos

fiscais e todo o arsenal de repasses de recursos públicos para o setor privado. Nosso governo vai reavaliar o andamento do Projeto Carajás e dos demais grandes projetos minero-metalúrgicos que envolvem o investimento de grandes somas, afetam profundamente o meio ambiente, geram proporcionalmente poucos empregos e são voltados exclusivamente para o mercado externo. As exportações a preços aviltantes terminam por mandar para fora, indiretamente, recursos brasileiros investidos em energia, transportes e outras obras de infraestrutura que dão suporte à extração mineral.

Em consonância com nossa política econômica, exposta no primeiro fascículo desta série, será dada especial atenção a três recursos hoje subutilizados: água de subsolo (especialmente no Nordeste), minerais necessários à produção de fertilizantes e materiais básicos para a construção civil. O primeiro caso não precisa ser detalhado aqui. Quanto aos fertilizantes, a indústria que temos hoje oferece produtos pouco apropriados para uma parte dos solos brasileiros. Será preciso intenso esforço de pesquisa para compatibilizar os produtos com as nossas condições ambientais e desenvolver tecnologias de beneficiamento mais adequadas às reservas de fosfato localizadas principalmente no Brasil Central. Em paralelo, como suporte de uma política habitacional ousada e ampla, será preciso quebrar o poder de grandes empresas que manipulam quantidades e preços da areia, brita, calcário para cimento e argila, materiais que o Brasil tem em abundância.

Grupos econômicos	Área total (em Km2)
BP/Brascan e Associados	192.958
Anglo-American/Bozano-Simonsen	51.067
Arbed/Broken Hill	29.902
Samuel Hill/Treasury Valley/DunsaTn Inv	25.720
BRGM (SEREM)	11.799
Outros grupos	90.311
Total	401.757

Fig.10. Apenas cinco grupos econômicos controlam 77,5% dos 401 mil quilômetros quadrados do território brasileiro que estão sob controle de empresas multinacionais ligadas à prospecção mineral. A British Petroleum/Brascan e seus associados, juntamente com o grupo sul-africano Anglo-American, detêm sozinhas 61% da área total das empresas estrangeiras. A Anglo-American controla 72% da nossa produção de níquel, 45% de nióbio, 33% de tungstênio, 14% de fosfato e uma parte muito importante – difícil de ser estimada com precisão – da produção de ouro. Os lucros obtidos ajudam a sustentar a política racista e genocida do regime sul-africano, cujo isolamento no cenário internacional é exigido por todas as forças democráticas.

Fonte: Francisco Fernandes em 39° *Reunido Anual da SBPC*, encarte *Ciência Hoje* nº 34.

NADA SERÁ COMO ANTES

1. A reforma agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visa, antes de mais nada, romper o monopólio da terra e lançar as bases de um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira. Além disso, ela representa a possibilidade de incorporar à cidadania milhões de trabalhadores rurais, quebrando o poder exercido pelos grandes proprietários. É uma decisão política, tendo em vista uma redistribuição de terra, renda, poder e direitos.
2. Nosso objetivo principal é assegurar terra para quem nela trabalha, impedindo a especulação e a retenção improdutivo do fértil solo brasileiro. Os beneficiários diretos da reforma são os atuais posseiros, parceiros, minifundistas e trabalhadores sem terra, e as áreas atingidas serão basicamente os 165 milhões de hectares aproveitáveis e mantidos ociosos pelos grandes proprietários. A reforma preservará a pequena e média propriedades e será complementada por uma política agrícola que as beneficie. Afirmamos ser impossível alterar as condições de vida e trabalho no campo brasileiro apenas através do uso das terras públicas e devolutas, que – excetuando-se aquelas destinadas a estradas, parques e outros usos de interesse comum – se concentram fundamentalmente na Amazônia. Embora possam ser usadas de forma criteriosa, não são suficientes nem adequadas para viabilizar assentamentos em larga escala e abrir nova etapa de desenvolvimento para a agricultura brasileira.
3. Assim como não se pode falar em apenas um padrão agrícola brasileiro, também não se pode propor um único padrão de reforma agrária para todo o país. Não propomos o retalhamento indiscriminado de terras, inclusive porque há diversas culturas e situações em que a divisão não é recomendável. As condições em que se encontram a produção e os trabalhadores rurais em cada região devem determinar o estatuto das novas unidades produtivas, aparecendo a propriedade familiar, a multifamiliar e a cooperativa como alternativas viáveis. Respeitaremos a vontade dos trabalhadores organizados, estimulando sua autodeterminação e seu controle direto sobre o processo de mudança. Serão assentados de preferência os trabalhadores da região desapropriada, evitando-se deslocamentos. A ocupação se fará no âmbito de processos coletivos e organizados, para garantir maiores ganhos econômicos, sociais e de consciência e impedir a depredação do ambiente. Os assentamentos serão integrados em políticas de apoio que beneficiem o conjunto dos pequenos produtores da área.
4. O governo utilizará os mecanismos fiscais de forma rigorosa, revendo o Imposto Territorial Rural e o cadastro rural, punindo a propriedade ociosa. Retirá ainda os privilégios bancários que beneficiam latifundiários e grandes empresas, executando suas dívidas ou negociando refinanciamentos em troca

da cooperação com a reforma agrária. As desapropriações serão aceleradas, sobretudo nas áreas de conflito. Nenhuma tolerância haverá com o atual quadro de violência que domina regiões inteiras do país. Todos os crimes do latifúndio serão apurados.

5. Será desenvolvido um novo padrão tecnológico, adequado às pequenas e médias propriedades e capaz de estimular as policulturas. O objetivo é trabalhar com a natureza, não contra ela. A produção deverá explorar as potencialidades de cada ecossistema, numa relação cuidadosa com o solo, a vegetação e a fauna, que devem ser protegidos. As atividades de pesquisa e extensão serão fortemente estimuladas para apoiar o novo modelo, libertando a agricultura do uso abusivo de agrotóxicos e produtos afins.
6. Como complemento à política econômica de distribuição de renda, a prioridade do novo modelo agrícola será a produção voltada para o mercado interno. Alimentar adequadamente toda a população e abastecer as indústrias brasileiras com matérias-primas é a grande meta, que não é incompatível com a busca de excedentes exportáveis. Num período de transição, antes que os efeitos da introdução de novos padrões tecnológicos acarretem a redução dos custos de produção, o Estado garantirá preços compensadores aos pequenos produtores, subsidiando o consumo das camadas urbanas mais carentes (merenda escolar, sacolões, cantinas comunitárias etc).
7. Lançando mão de multas, desapropriações, cortes de crédito e outros mecanismos, o governo exigirá o cumprimento dos direitos trabalhistas em todo o território nacional. Interviremos no funcionamento do mercado de trabalho de certas regiões, criando barreiras à substituição de mão-de-obra permanente por temporária e inibindo a ação dos agenciadores de bóias-frias. Impediremos os abusos cometidos por barracões, armazéns e supermercados que detêm o monopólio de abastecimento dentro das grandes propriedades. A medição da produção de cada trabalhador terá que seguir regras que impeçam as manipulações.
8. O novo modelo deverá alterar significativamente as relações campo-cidade. Modificará o perfil de distribuição da população, possibilitando a diminuição do êxodo rural e a criação de novos centros dinâmicos no território nacional. Além da distribuição de terras, a desconcentração do poder político e econômico no campo envolve outras formas de intervenção estatal. Exige o controle dos atuais oligopólios no setor agroindustrial, com estímulo às pequenas e médias agroindústrias, com participação dos produtores rurais, bem como o reforço das estruturas de comercialização dos pequenos e médios produtores, libertando-os dos atravessadores. Crédito, investimentos e infra-estrutura, assistência técnica, garantia de comercialização e seguro agrícola, serão garantidos aos pequenos e médios produtores, ficando para os grandes o “livre mercado”.
9. O Estado estimulará a descentralização da agroindústria, financiando a criação de unidades de beneficiamento, armazenamento e transformação próximas a áreas diversificadas e sob o controle de grupos associativos de

pequenos e médios produtores. Na política para a indústria processadora de matérias-primas agrícolas serão consideradas as diferentes relações que se estabelecem entre essas indústrias e os produtores agrícolas. Em alguns casos, como na indústria vinícola, na de suco de laranja ou na canaveira, preços e condições de pagamento são impostos pelas indústrias aos produtores rurais, ainda que estas não interfiram diretamente na produção agrícola. Já na agroindústria do fumo e do tomate, na avicultura e na indústria de laticínios é freqüente um nível de interferência que acaba por impor ao produtor rural a própria maneira de produzir. No caso do complexo da soja, impõe-se um padrão tecnológico, mesmo na ausência de contato direto com o produtor agrícola. Nosso governo regulará essas relações, de forma a impedir que a condição de monopólio e a força das indústrias conduzam à imposição abusiva de técnicas aos pequenos produtores rurais e a uma situação de dependência e exploração. Serão estimulados o cooperativismo e demais formas associativas, desde que mantida a independência do pequeno agricultor e garantida sua participação nas decisões. Será apoiada e estimulada a formação de pequenas indústrias processadoras de alimentos, por iniciativa de pequenos produtores.

10. Serão eliminados os subsídios e incentivos fiscais que beneficiem grandes produtores agrícolas de produtos exportáveis e os próprios exportadores. O Estado não mais arcará com exportações que dão prejuízo, como a de açúcar, cuja cotação no mercado externo é inferior ao preço de aquisição nas usinas. O governo alterará a política exportadora de produtos agrícolas de forma articulada com as modificações que pretende introduzir na economia brasileira. Fazendo cessar a evasão de divisas hoje destinadas ao pagamento da dívida externa, faz-se cessar também a necessidade de exportar a qualquer custo. Essa decisão não deve ser entendida como um fechamento do país ao mercado externo. O Brasil precisa importar e exportar e poderá buscar posições de liderança no mercado internacional, sempre que isso não represente o sacrifício da população.
11. No Nordeste, daremos prioridade à desapropriação de terras dos grandes proprietários localizadas nas margens de rios e açudes e nas áreas de vazante, para assentar pequenos produtores e promover a produção irrigada de alimentos destinados à população da região. Seremos rigorosos em impedir a apropriação privada das fontes de água do sertão, garantindo o livre uso dos reservatórios construídos com recursos públicos. Cortaremos os subsídios e incentivos fiscais apropriados pelas elites. O crédito e demais mecanismos da política agrícola serão extensivos a parceiros e a todos os que trabalham a terra, eliminando-se assim a atual intermediação, em que o proprietário se apossa dos incentivos governamentais e não os repassa aos camponeses. Todos os projetos e programas oficiais – inclusive o Projeto Nordeste, financiado pelo Banco Mundial serão revistos, com a participação autônoma e independente das entidades representativas dos trabalhadores.
12. Criaremos um fórum nacional que, dotado de inquestionável legitimidade, encaminhe ampla discussão sobre a Amazônia, passando a exercer influência decisiva sobre a estratégia de ocupação e sobre a avaliação de obras que

tenham apreciável impacto social e ambiental. Proporemos um cuidadoso zoneamento ecológico e sócio-econômico das diversas regiões naturais da Amazônia, de modo a definir suas aptidões, demarcar áreas de preservação permanente e criar nas demais as premissas para uma ocupação sustentada em longo prazo, que respeite a floresta e os modos de vida e de produção dos povos que ali vivem. Suspenderemos a política de incentivos fiscais e faremos auditoria nos financiamentos e vantagens concedidos, cancelando os projetos que resultem em desmatamentos extensivos. Demarcaremos as terras indígenas e implantaremos as reservas extrativistas, apoiando a formação de cooperativas para beneficiamento da borracha, castanha, óleos e essências vegetais, de forma compatível com a preservação da ecologia regional. Implantaremos rígido controle da extração de madeira e do uso do carvão vegetal, suspendendo a utilização industrial desse energético quando proveniente da floresta nativa. Em paralelo à reforma agrária e à política econômica de pleno emprego, desestimularemos o fluxo de trabalhadores para o garimpo, atividade que deve ser reorganizada com a formação de cooperativas, micro e pequenas empresas, capazes de absorver novas tecnologias não poluentes. Como dissemos no primeiro fascículo desta série, reavaliaremos o Projeto 2010 da Eletrobrás e a política mineral (incluindo o Programa Carajás), tendo em vista os interesses regionais e nacionais.